

**FACULDADE CAICOENSE SANTA TERESINHA  
CURSO DE BACHARELADO EM PSICOLOGIA**

**ÉRIKA RAYANE SOUZA MEDEIROS**

**A IMPORTÂNCIA DA PSICOTERAPIA PARA GRADUANDOS EM  
PSICOLOGIA EM CAICÓ-RN: IMPACTOS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E  
SAÚDE MENTAL.**

CAICÓ/RN  
2025

ÉRIKA RAYANE SOUZA MEDEIROS

**A IMPORTÂNCIA DA PSICOTERAPIA PARA GRADUANDOS EM  
PSICOLOGIA EM CAICÓ-RN: IMPACTOS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E  
SAÚDE MENTAL.**

Monografia apresentada ao Colegiado do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade Caicoense Santa Teresinha, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Professor(a) Orientador(a): Prof. Me. Ismael Victor

CAICÓ/RN  
2025

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
Faculdade Caicoense Santa Teresinha  
Biblioteca Profª. Suzana Lago Nobre

M488i MEDEIROS, Érika Rayane Souza.

A importância da psicoterapia para graduandos em psicologia em Caicó-  
RN: impactos na formação acadêmica e saúde mental. / Érika Rayane Souza  
Medeiros. – Caicó, RN, 2025.

63 f.

Orientador(a): Prof. Me. Ismael Victor.

Monografia (Bacharelado em Psicologia) – Faculdade Caicoense Santa  
Teresinha. Curso de Graduação em Psicologia.

1. Psicoterapia - Monografia. 2. Saúde Mental - Monografia. 3. Ensino  
Superior - Monografia. 4. Impactos Emocionais - Monografia. I. Medeiros,  
Érika Rayane Souza. II. Faculdade Caicoense Santa Teresinha. III. Título.

RN/BU/FCST

CDU 159.9

ERIKA RAYANE SOUZA MEDEIROS

A IMPORTÂNCIA DA PSICOTERAPIA PARA GRADUANDOS EM PSICOLOGIA  
EM CAICÓ-RN: IMPACTOS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E SAÚDE MENTAL.

Monografia de graduação apresentada ao Colegiado do Curso de Bacharelado em Psicologia da Faculdade Caicoense Santa Teresinha (FCST), como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em 09 / 12 / 2025.

Prof. Me. Ismael Victor de Araújo Oliveira  
Orientador  
Faculdade Caicoense Santa Teresinha

Prof.<sup>a</sup>Esp. Rita de Cássia Dantas de Oliveira  
Avaliador I.  
Faculdade Caicoense Santa Teresinha

Dra. Priscilla Brandão de Medeiros  
Avaliador II (Membro externo)

## DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho primeiramente a Deus, por ser presente em todas as etapas: o meu porto seguro.

A minha filha, minha motivação e companheira dessa reta final de curso.

Aos meus avós Antônia e Francisco agricultores, humildes, mas que nunca mediram esforços para dar o bem mais precioso que posso carregar, o conhecimento e estudo. Obrigada por serem rede de apoio durante todo esse processo, isto é, por vocês.

Aos meus pais Evanilda e Evandro por também motivarem nesse processo.

A minha vó de afeto Adi “In Memoriam” ao qual lembro que um dos seus sonhos era me ver formada.

Aos meus colegas de graduação Selma, Itamar, Anissa, Carlos, Simone e Ubiranilda, por serem essenciais durante toda a graduação e por todo apoio e conhecimento compartilhado.

*“É preciso primeiro cuidar de si mesmo para depois  
cuidar dos outros, pois ninguém dá o que não tem”*

(Tadeu Artur Cavedem);

## RESUMO

Este estudo investiga os impactos da ausência de psicoterapia pessoal na formação acadêmica e emocional de estudantes de Psicologia, considerando suas implicações no desenvolvimento subjetivo, no desempenho acadêmico e na construção da identidade profissional. A pesquisa teve como objetivo geral analisar de que maneira a presença ou a ausência do acompanhamento psicoterapêutico influencia a formação de discentes do curso de Psicologia da Faculdade Caicoense Santa Teresinha (FCST), em Caicó/RN, buscando identificar percepções dos estudantes acerca da psicoterapia, mapear barreiras de acesso, analisar os efeitos emocionais e acadêmicos decorrentes da falta de acompanhamento e levantar sugestões de estratégias institucionais de cuidado em saúde mental. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e corte transversal, realizada com 14 estudantes do 10º período, por meio de questionário semiestruturado aplicado via Google Forms, com análise dos dados fundamentada na Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados indicaram que os participantes reconhecem a psicoterapia como recurso fundamental para o autoconhecimento, a maturidade emocional e a preparação profissional; entretanto, identificaram-se barreiras financeiras, culturais e institucionais que dificultam o acesso contínuo ao acompanhamento psicológico. Também foram observados impactos negativos associados à ausência da psicoterapia, como ansiedade, sobrecarga emocional, insegurança e prejuízos no rendimento acadêmico. Conclui-se que a psicoterapia constitui elemento essencial na formação do psicólogo, sendo necessária a implementação de políticas institucionais permanentes de cuidado em saúde mental no contexto universitário, especialmente em regiões interioranas, a fim de assegurar condições formativas éticas, saudáveis e socialmente responsáveis.

**Palavras-chaves:** Psicoterapia; Saúde mental; Ensino Superior; Impactos Emocionais.

## ABSTRACT

This study investigates the impacts of the absence of personal psychotherapy on the academic and emotional development of Psychology students, considering its implications for subjective development, academic performance, and the construction of professional identity. The general objective of the research was to analyze how the presence or absence of psychotherapeutic support influences the training of students in the Psychology course at the Santa Teresinha Caicoense Faculty (FCST) in Caicó/RN, seeking to identify students' perceptions of psychotherapy, map barriers to access, analyze the emotional and academic effects resulting from the lack of support, and raise suggestions for institutional strategies for mental health care. This is a qualitative, descriptive, and cross-sectional study, conducted with 14 students in their 10th semester, using a semi-structured questionnaire applied via Google Forms, with data analysis based on Bardin's Content Analysis. The results indicated that participants recognize psychotherapy as a fundamental resource for self-knowledge, emotional maturity, and professional preparation; however, financial, cultural, and institutional barriers were identified that hinder continuous access to psychological support. Negative impacts associated with the absence of psychotherapy were also observed, such as anxiety, emotional overload, insecurity, and impaired academic performance. It is concluded that psychotherapy is an essential element in the training of psychologists, and that the implementation of permanent institutional policies for mental health care in the university context is necessary, especially in inland regions, in order to ensure ethical, healthy, and socially responsible training conditions.

**Keywords:** Psychotherapy; Mental health; Higher education; Emotional impacts.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2. JUSTIFICATIVA</b>	<b>13</b>
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>16</b>
2.1 Histórico da Psicologia e regulamentação da profissão no Brasil	19
2.2 Saúde mental e formação acadêmica em Psicologia	21
2.3 Psicoterapia como prática essencial na formação profissional	24
2.4 Desafios regionais no Seridó e em Caicó- RN	27
<b>4. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO</b>	<b>30</b>
<b>5. ANÁLISE DE DADOS</b>	<b>33</b>
5.1 Perfil dos participantes e resumo da coleta de dados	33
5.2.1 Categoria 1: Percepções sobre a importância da psicoterapia	35
5.2.2 Categoria 2: Barreiras de acesso durante a graduação	37
5.2.3 Categoria 3: Impactos emocionais e acadêmicos da ausência de psicoterapia	40
5.2.4 Categoria 4: Possíveis estratégias de apoio institucional	44
<b>6. RESULTADOS E DISCUSSÕES</b>	<b>48</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>52</b>
<b>8. REFERÊNCIAS</b>	<b>55</b>
<b>9. APÊNDICES</b>	<b>57</b>
A - (TCLE)	57
B - (ENTREVISTA SEMI- ESTRUTURADA)	59
<b>10. ANEXOS</b>	
A - (ATA DEFESA)	61
B - (TERMO DEPÓSITO DO TCC)	62

## 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo investiga como a ausência e a presença de psicoterapia pessoal impacta a formação acadêmica e emocional de graduandos em Psicologia. A pesquisa parte do problema de compreender de que maneira a não realização de acompanhamento psicoterapêutico durante a graduação interfere no desenvolvimento emocional, no rendimento acadêmico e na construção da identidade profissional dos estudantes. Assim, a reflexão central deste estudo emerge de um questionamento fundamental: “Como é possível cuidar do outro sem antes cuidar de si mesmo?”. Essa pergunta orienta uma discussão que abrange dimensões éticas, formativas, subjetivas e sociais, indicando que o exercício da Psicologia não se sustenta apenas no domínio técnico, mas também na capacidade do futuro profissional de reconhecer suas próprias fragilidades, limites e necessidades emocionais.

A temática adquire relevância porque, apesar de sua formação voltada para o cuidado, o psicólogo é frequentemente percebido pela sociedade como alguém “isento” de sofrimento, como se sua função de acolher e orientar o outro anulasse sua própria humanidade. Tal estereótipo gera expectativas irreais e sobrecarga emocional, invisibilizando que estudantes e profissionais da área também vivenciam medos, dúvidas, angústias e adoecimentos. A formação em Psicologia, nesse sentido, é um processo que atravessa profundamente a constituição subjetiva dos graduandos, exigindo atenção constante às experiências pessoais, aos conflitos internos e à construção da identidade profissional.

A escolha do tema surgiu da percepção crescente de que muitos estudantes, sobretudo em regiões com menor oferta de serviços de saúde mental, encontram dificuldades concretas para acessar psicoterapia ao longo da graduação. No contexto do Seridó, essa problemática torna-se ainda mais evidente, pois fatores culturais, socioeconômicos e estruturais limitam o acesso ao autocuidado psicológico. A escassez de profissionais, a desvalorização cultural da psicoterapia, os tabus ainda presentes e a precariedade das políticas públicas de saúde mental são elementos que dificultam o acompanhamento psicoterapêutico, mesmo entre aqueles que reconhecem sua importância. Além disso, relatos de vivências pessoais marcados por inseguranças, sensação de sobrecarga, conflitos emocionais e expectativas sociais, demonstram que essa realidade não é pontual, mas compartilhada por muitos discentes ao longo do percurso formativo.

Diante dessa conjuntura, torna-se imprescindível compreender a saúde emocional do estudante de Psicologia como parte integrante e indissociável de sua formação ética e prática. A fragilidade no cuidado de si impacta diretamente o modo como o futuro profissional se posicionará diante do sofrimento do outro, influenciando sua capacidade de escuta, sua sensibilidade clínica e sua qualidade de intervenção. Dessa forma, o estudo se fundamenta na seguinte questão-problema: “Como a ausência de psicoterapia durante a formação acadêmica pode impactar o desenvolvimento pessoal e profissional dos graduandos em Psicologia?”

A partir dessa indagação, estabelece-se como objetivo geral analisar de que maneira a presença ou a falta de acompanhamento psicoterapêutico ao longo da graduação influencia o desenvolvimento dos estudantes de Psicologia da FCST (Caicó- RN). Busca-se, de forma articulada e crítica, compreender como os graduandos percebem a relevância da psicoterapia, quais barreiras encontram para acessá-la, quais efeitos emocionais e acadêmicos emergem dessa ausência e que estratégias institucionais são reconhecidas como necessárias para fortalecer o cuidado à saúde mental discente.

No âmbito científico, o estudo contribui para ampliar a discussão sobre a importância da psicoterapia na formação do psicólogo, reforçando a necessidade de integrá-la ao percurso acadêmico não como opção secundária, mas como componente essencial para a construção de uma prática ética, responsável e emocionalmente saudável. Do ponto de vista social, a pesquisa se mostra pertinente ao analisar o bem-estar dos estudantes que futuramente atuarão cuidando de pessoas em sofrimento, impactando diretamente a qualidade dos serviços psicológicos prestados à comunidade.

No contexto local, especialmente no município de Caicó, no estado do Rio Grande do Norte, observa-se a permanência de obstáculos estruturais e culturais que limitam o acesso dos estudantes à psicoterapia, tais como o desconhecimento acerca da prática psicoterapêutica, o estigma social ainda associado ao cuidado em saúde mental e a insuficiência de políticas públicas que promovam e facilitem esse acesso. Diante dessa realidade, a psicoterapia e suas implicações no contexto acadêmico e emocional, buscando, de forma específica, identificar as percepções dos discentes sobre o processo psicoterapêutico, mapear as principais barreiras enfrentadas para o acesso aos serviços de saúde mental, analisar os impactos emocionais e acadêmicos decorrentes da ausência ou da continuidade do acompanhamento psicológico e, por fim, propor estratégias institucionais que contribuam para a promoção do cuidado em saúde mental no ambiente universitário.

Nesse sentido, a pesquisa justifica-se pela necessidade de fomentar políticas institucionais mais inclusivas e eficazes, capazes de garantir suporte emocional contínuo aos estudantes, promovendo não apenas melhores condições de aprendizagem, mas também o fortalecimento do bem-estar psicológico e da qualidade de vida no meio acadêmico.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de corte transversal, desenvolvido com 14 discentes do 10º período do curso de Psicologia da FCST. Os dados foram obtidos por meio de um questionário/entrevista estruturada aplicado via Google Forms e analisados segundo os procedimentos da Análise de Conteúdo de Bardin. A investigação permitiu identificar quatro eixos centrais: (a) percepções sobre a importância da psicoterapia; (b) barreiras de acesso percebidas; (c) impactos emocionais e acadêmicos associados à ausência do acompanhamento; e (d) expectativas e sugestões de estratégias institucionais de apoio.

Por fim, este trabalho estrutura-se em seis partes fundamentais: inicia-se com a introdução, na qual é apresentado o tema, o problema de pesquisa e seus objetivos; em seguida, expõe-se o referencial teórico, responsável por discutir os principais conceitos e contribuições acadêmicas que fundamentam o estudo; posteriormente, apresenta-se a justificativa, que evidencia a relevância científica e social da pesquisa; na sequência, descreve-se a metodologia, detalhando os procedimentos adotados para a realização do estudo; logo após, desenvolve-se a análise dos dados, na qual são interpretados os resultados obtidos à luz da literatura; e, por fim, apresentam-se as considerações finais, que retomam os objetivos propostos e sintetizam os principais achados da pesquisa. Essa organização visa assegurar coesão, rigor metodológico e clareza científica, contribuindo para uma compreensão sistemática de um tema que se mostra cada vez mais urgente no cenário da formação em Psicologia.

## 2. JUSTIFICATIVA

O presente estudo tem como objeto de pesquisa os estudantes de Psicologia da cidade de Caicó, no estado do Rio Grande do Norte. Esse grupo foi selecionado por sua significativa relevância acadêmica, formativa e social, principalmente porque vivência demandas emocionais, éticas e institucionais que atravessam de forma intensa o processo de formação em Psicologia. Diferentemente de outras áreas, os estudantes de Psicologia lidam desde os primeiros períodos com conteúdos sensíveis relacionados ao sofrimento humano, vulnerabilidades sociais, conflitos subjetivos e dilemas éticos complexos, elementos que frequentemente impactam sua saúde mental, sua identidade profissional e seu desempenho acadêmico.

A literatura corrobora a pertinência dessa escolha ao evidenciar que a saúde mental dos estudantes de Psicologia constitui um tema recorrente devido às singularidades da formação. Pesquisas recentes, como as de Lopes, Bastos e Almeida (2022), apontam que a elevada carga horária, a pressão por desempenho, as exigências emocionais das práticas clínicas e a dificuldade de conciliar vida pessoal e acadêmica funcionam como importantes gatilhos para o adoecimento psíquico. Esses fatores acabam favorecendo o surgimento ou o agravamento de sintomas como ansiedade, estresse e depressão, especialmente em momentos mais delicados da vida acadêmica. O início do curso, por exemplo, costuma ser marcado por insegurança e adaptação a uma nova rotina, enquanto o período de estágio expõe o estudante a situações emocionalmente mais intensas, exigindo maturidade e preparo para lidar com o sofrimento do outro. Nessas fases, o impacto emocional tende a ser maior e merece atenção especial.

Além disso, embora a psicoterapia constitua ferramenta central da prática psicológica e seja amplamente reconhecida como espaço de autoconhecimento, elaboração emocional e fortalecimento da identidade profissional, nem sempre ela é acessível aos graduandos. Barreiras de ordem financeira, estigmas culturais relacionados ao cuidado psicológico, falta de tempo e limitações institucionais comprometem o acesso e a continuidade do processo psicoterapêutico. Esse hiato formativo tem implicações éticas e emocionais significativas, levantando questionamentos sobre a capacidade desses futuros profissionais de manejar adequadamente suas próprias experiências subjetivas, regular emoções e sustentar uma postura clínica ética e sensível diante das demandas dos pacientes.

No contexto da região do Seridó potiguar, essas questões se tornam ainda mais complexas. A realidade local é atravessada por desigualdades no acesso à informação,

por uma tradição cultural que ainda associa a busca por psicoterapia a fraqueza pessoal ou instabilidade emocional, e por limitações na oferta de serviços especializados em saúde mental. Esses fatores formam um cenário em que os estudantes precisam lidar simultaneamente com as exigências da formação acadêmica e com barreiras socioculturais que atravessam sua relação com o próprio cuidado psicológico. Assim, desconstruir tabus e ampliar a compreensão comunitária sobre saúde mental constituem desafios centrais não apenas para o desenvolvimento individual dos estudantes, mas também para sua inserção ética e crítica na realidade profissional.

A formação do psicólogo, conforme destaca a literatura, exige uma articulação profunda entre maturidade emocional, compromisso ético e suporte institucional. O Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005) enfatiza a importância do autoconhecimento, da responsabilidade no manejo do sofrimento alheio e da constante reflexão sobre a própria prática. Autores como Rogers (1977) reforçam que a autenticidade, a empatia e a congruência são condições fundamentais para o estabelecimento da relação terapêutica, ao passo que Foulkes (1948) evidencia a importância dos processos grupais como espaços de elaboração e fortalecimento emocional. No campo institucional, Barreto e Dimenstein (2013) apontam que a precarização das condições de ensino, a ausência de políticas de cuidado e a insuficiência de dispositivos de apoio psicológico contribuem para o adoecimento discente e fragilizam a formação profissional.

Diante desse panorama, torna-se evidente a necessidade de investigar, de forma aprofundada, as condições de saúde mental dos estudantes de Psicologia e o acesso à psicoterapia durante a formação. Compreender as barreiras enfrentadas, os fatores que favorecem o cuidado e os impactos da ausência de suporte emocional constitui uma etapa fundamental para o fortalecimento da formação integral, aquela que integra competências técnicas, estabilidade emocional, responsabilidade ética e apoio institucional.

Assim, este estudo justifica-se pela existência de uma lacuna na produção científica acerca da psicoterapia pessoal como componente formativo entre estudantes de Psicologia situados em contextos interioranos do Nordeste brasileiro, realidade ainda pouco explorada na literatura acadêmica. Ao dirigir o foco a essa população específica, a pesquisa busca ampliar a compreensão sobre como as condições institucionais, emocionais e socioculturais impactam a vivência universitária e o cuidado em saúde mental. Dessa forma, pretende-se subsidiar reflexões e ações voltadas à promoção do bem-estar psíquico no ambiente acadêmico, contribuindo para a formulação de políticas

institucionais mais sensíveis às especificidades da formação em Psicologia e para a construção de profissionais mais éticos, preparados e comprometidos com uma prática alinhada às políticas públicas de saúde e aos princípios do cuidado ampliado em saúde mental.

### 3. REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 HISTÓRICO DA PSICOLOGIA E REGULAMENTAÇÃO NO BRASIL

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, possui um percurso histórico marcado por disputas epistemológicas, tensões teóricas e significativos processos de regulamentação, institucionalização e reconhecimento social. No Brasil, sua consolidação não ocorreu de forma abrupta, mas foi resultado de um processo gradual, influenciado pelo desenvolvimento científico internacional, pelas transformações políticas e pelas demandas sociais que emergiram ao longo do século XX. A constituição da Psicologia brasileira é, portanto, um reflexo das dinâmicas históricas do país, envolvendo tanto movimentos acadêmicos quanto lutas políticas por legitimidade e autonomia profissional. Durante as primeiras décadas do século XX, a Psicologia se desenvolvia principalmente em laboratórios experimentais e cursos de formação de professores, sendo fortemente influenciada pelas correntes teóricas europeias e norte-americanas. Nesse período, o conhecimento psicológico era utilizado sobretudo em práticas de educação, psicomетria e orientação profissional. Instituições como a Escola Normal e centros universitários iniciaram estudos sobre comportamento, aprendizagem e desenvolvimento humano, ainda que a profissão de psicólogo não estivesse formalmente regulamentada. Como observa Massimi (1990), esse movimento inicial foi essencial para preparar o campo e construir um espaço acadêmico favorável ao surgimento de cursos e práticas posteriormente reconhecidas oficialmente.

A partir da década de 1950, universidades como a Universidade de São Paulo (USP) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) passaram a desempenhar papel central na formação de profissionais e na consolidação da Psicologia como área acadêmica. Tais instituições ofereciam cursos que integravam métodos experimentais, fundamentos teóricos e práticas aplicadas, representando um avanço significativo no cenário nacional. Esse período foi caracterizado por forte influência do behaviorismo, da psicanálise, da Gestalt e das abordagens fenomenológicas, que passaram a compor o repertório das formações iniciais em Psicologia. A diversidade epistemológica desse momento refletia um movimento global de expansão do campo psicológico, ao mesmo tempo em que alimentava debates sobre identidade, método e finalidade da disciplina.

A regulamentação oficial da profissão ocorreu em 1962, com a promulgação da Lei nº 4.119, marco fundamental para o reconhecimento institucional da Psicologia no Brasil. A lei estabeleceu parâmetros para a formação acadêmica, definiu competências profissionais e instituiu os requisitos legais necessários ao exercício da profissão. De acordo com Jacó-Vilela (2024), “a lei representou a possibilidade de organização científica e prática da Psicologia no país, criando bases legais para sua institucionalização” (p. 48). Entre as diretrizes propostas, a legislação afirmava que “o exercício da profissão de psicólogo depende de diploma devidamente registrado e inscrição no órgão competente” (BRASIL, 1962), evidenciando o caráter normativo e regulatório assumido pelo Estado na valorização e formalização desta atividade.

Apesar disso, a consolidação plena da profissão ocorreu apenas na década de 1970, com a criação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) em 1971 e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) distribuídos pelo país. Esses órgãos passaram a exercer funções essenciais de fiscalização ética, normatização profissional e orientação técnica, fortalecendo a legitimidade da Psicologia perante a sociedade. Como afirma o CRP-SP (2007), os conselhos se configuram como “instâncias fundamentais de orientação, disciplina e defesa da profissão, garantindo o cumprimento dos princípios éticos” (p. 12). A produção de resoluções, códigos de ética e parâmetros técnicos permitiu maior uniformidade na prática profissional e consolidou um compromisso ético voltado à dignidade humana, ao respeito às diferenças e à promoção da saúde mental.

Com o processo de redemocratização do Brasil, a partir dos anos 1980, ocorreu uma ampla reconfiguração das políticas públicas, especialmente no campo da saúde, educação e assistência social. Nesse contexto, a Psicologia expandiu seu escopo de atuação, superando o modelo tradicionalmente centrado no consultório e incorporando práticas comunitárias, preventivas e interdisciplinares. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988 representou, como afirma Dimenstein (2011), “um marco na reconfiguração da prática psicológica, aproximando-a das comunidades e das necessidades coletivas” (p. 45). A partir desse momento, psicólogos começaram a integrar equipes multiprofissionais em Unidades Básicas de Saúde (UBS), Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), hospitais, escolas e instituições sociais, ampliando sua atuação para além da clínica tradicional.

A expansão da Psicologia brasileira esteve diretamente relacionada ao reconhecimento de que o sofrimento psíquico é atravessado por fatores sociais, econômicos, culturais e políticos. A partir dessa compreensão, consolidou-se uma prática

mais crítica, contextualizada e comprometida com a redução das desigualdades e a promoção de direitos. Como destaca Bock (2010), o sujeito passou a ser compreendido como “ser histórico e social, constituído nas relações que estabelece no mundo” (p. 23). Essa perspectiva rompeu com modelos individualizantes que culpabilizavam o sujeito por seus sofrimentos e estimulou práticas baseadas na promoção de cidadania, inclusão social e fortalecimento de vínculos comunitários.

Nas últimas décadas, a Psicologia brasileira tem enfrentado novos desafios e ampliado ainda mais seu campo de atuação. Demandas relacionadas à saúde mental universitária, à violência urbana, aos direitos humanos, à diversidade sexual e de gênero, às populações indígenas, às crises humanitárias, ao envelhecimento e às desigualdades sociais têm exigido dos profissionais uma postura sensível, ética e tecnicamente qualificada. Além disso, o crescimento da área organizacional e do trabalho, impulsionado por transformações nas dinâmicas produtivas, também ampliou a necessidade de intervenções que considerem condições laborais, saúde ocupacional, motivação, produtividade e qualidade de vida no trabalho.

Paralelamente, o avanço das tecnologias digitais trouxe novas possibilidades e debates éticos. A regulamentação da psicoterapia online pelo CFP em 2018, por exemplo, representou um passo importante na adaptação da prática psicológica ao contexto contemporâneo. A expansão do atendimento remoto, especialmente após a pandemia de COVID-19, tem exigido reflexões sobre sigilo, privacidade, segurança de dados e qualidade do vínculo terapêutico no ambiente virtual.

No âmbito acadêmico, a formação em Psicologia também passou por transformações relevantes. As Diretrizes Curriculares Nacionais de 2004 e suas revisões posteriores reforçaram a importância da formação generalista, ética, plural e voltada para as necessidades sociais brasileiras. A articulação entre ensino, pesquisa, extensão e estágio passou a ser entendida como eixo central para a formação crítica e competente do futuro psicólogo. Além disso, a ampliação de programas de pós-graduação fortaleceu a produção científica e a construção de novos referenciais teóricos, metodológicos e práticos no campo psicológico.

Dessa forma, a Psicologia brasileira percorreu um caminho que envolve a transição de uma ciência aplicada restrita a poucos espaços para uma profissão amplamente inserida no tecido social. Sua trajetória reafirma não apenas o caráter científico da área, mas também seu compromisso ético-político com a promoção da saúde mental, da dignidade humana e da transformação social. Hoje, a Psicologia se apresenta

como campo plural, interdisciplinar e dinâmico, capaz de responder a desafios complexos e contribuir de maneira significativa para a construção de uma sociedade mais justa, saudável e inclusiva.

Assim, compreender a evolução histórica e institucional da Psicologia no Brasil é essencial para situar suas práticas atuais, reconhecer seus avanços, problematizar seus desafios e fortalecer seu papel social. A consolidação da profissão reafirma sua importância na promoção do bem-estar, da cidadania e dos direitos humanos, demonstrando que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, está profundamente articulada às necessidades contemporâneas e aos projetos de futuro do país.

### 3.2 SAÚDE MENTAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA EM PSICOLOGIA

A saúde mental, enquanto campo de conhecimento e prática, ultrapassa a compreensão restrita da ausência de transtornos psicológicos ou psiquiátricos. Ela deve ser concebida como um fenômeno multidimensional, produzido na intersecção entre fatores sociais, culturais, econômicos, subjetivos e institucionais. Sob esse ponto de vista, a saúde mental não emerge exclusivamente de processos internos do sujeito, mas se constrói em contextos históricos e sociopolíticos que moldam as possibilidades de existir, de sofrer e de resistir. Autores como Amarante (2007), Dimenstein (2011) e Bezerra Jr. (2019) destacam que o sofrimento psíquico é indissociável das relações de poder, dos determinantes sociais da saúde e das condições de vida, sendo, portanto, atravessado por desigualdades estruturais e pelo modo como se organizam as instituições contemporâneas.

Ao adotar uma perspectiva psicossocial e crítica, compreende-se que as formas de subjetivação não são neutras, mas resultam de práticas discursivas, normativas e institucionais que configuram expectativas sobre normalidade, produtividade, emoções e modos de viver. Assim, analisar a saúde mental exige questionar modelos medicalizantes que deslocam o sofrimento para o âmbito individual, invisibilizando seus vínculos com o trabalho, a precarização da vida, a educação, a desigualdade social e a fragilidade das redes de cuidado (AMARANTE, 2007). Dessa maneira, saúde mental passa a ser entendida como produção social, o que desloca a ênfase da patologia individual para a análise dos dispositivos coletivos, estruturais e culturais que incidem sobre o adoecimento.

A saúde mental é um componente essencial do bem-estar humano, influenciando não apenas a vida individual, mas também as relações sociais e o funcionamento da sociedade. No contexto universitário, especialmente no curso de Psicologia, a saúde mental torna-se ainda mais relevante, pois os estudantes lidam desde cedo com temas relacionados à subjetividade humana, sofrimento psíquico e questões éticas (LOPESS; BASTOS; ALMEIDA, 2022).

Esses autores destacam que a vivência universitária, especialmente no curso de psicologia, expõe os estudantes a diferentes tipos de pressão, como a cobrança por alto desempenho acadêmico, o contato frequente com histórias de dor e sofrimento humano e as incertezas em relação à futura atuação profissional. Nesse sentido, a formação não deve concentrar-se apenas em conteúdos teóricos e técnicos, mas também incluir espaços institucionais de escuta, reflexão e apoio psicossocial. Trata-se, portanto, de reconhecer que o estudante é sujeito em processo e que sua capacidade de acolher o outro depende igualmente de um percurso formativo que valorize o autocuidado e a gestão emocional.

Adotar uma perspectiva sociocrítica sobre saúde mental na formação implica, portanto, três movimentos analíticos interdependentes: (1) reconhecer as condições materiais e institucionais do calendário, estrutura de estágios, políticas de apoio que influenciam o adoecimento estudantil; (2) problematizar o conteúdo curricular e as práticas clínicas como lugares onde se reproduzem ou se contestam normas sobre sofrimento, normalidade e intervenção; e (3) pensar a formação como momento de produção de saberes e práticas que podem tanto perpetuar modelos biomédicos quanto abrir espaço para abordagens comunitárias, intersetoriais e de promoção de saúde coletiva (AMARANTE, 2007; BEZERRA, 2019).

Também é importante lembrar que a Psicologia é uma profissão relativamente recente enquanto área organizada. Sua construção ao longo do século XX, marcada pela criação de cursos e pela ampliação dos conteúdos formativos, trouxe desafios próprios para quem escolhe essa trajetória. Entre eles estão tanto a definição dos espaços de atuação profissional quanto a responsabilidade social de atender populações que, muitas vezes, não têm acesso adequado aos serviços de saúde mental. Em regiões com dificuldades de acesso à saúde mental, como a região do Seridó, essas tensões se intensificam; fatores culturais, socioeconômicos e de infraestrutura condicionam não só o acesso à psicoterapia, mas também as possibilidades formativas dos estudantes que atuarão nesses territórios. Assim, a formação deve articular saber teórico-crítico e práticas sensíveis às realidades locais, promovendo competências para intervenção em contextos de vulnerabilidade e para a atuação em políticas públicas (DIMENSTEIN, 2011; BEZERRA, 2019).

Portanto, discutir saúde mental e formação em Psicologia exige deslocar o foco da responsabilização individual do estudante para uma leitura ampliada, que considera as interseções entre condições objetivas de estudo, práticas pedagógicas, culturas institucionais e desigualdades sociais. Tal perspectiva orienta não apenas a compreensão teórica do fenômeno, mas também suas implicações práticas: a necessidade de revisar estruturas de estágio, incorporar conteúdos sobre determinantes sociais da saúde mental no currículo, fortalecer redes de apoio estudantil e formar psicólogos comprometidos com práticas éticas, sensíveis e socialmente contextualizadas.

### 3.3 PSICOTERAPIA COMO PRÁTICA ESSENCIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

A psicoterapia ocupa um lugar central na constituição da identidade e das competências do psicólogo, sendo reconhecida não apenas como técnica de intervenção, mas como um processo formativo que articula autoconhecimento, desenvolvimento emocional e reflexão crítica sobre a prática. Diversas correntes teóricas apontam que a atuação clínica exige do profissional um nível aprofundado de consciência de si, de suas implicações subjetivas e de sua capacidade de estabelecer relações terapêuticas éticas e responsivas. Nesse sentido, compreender a psicoterapia como parte constitutiva da formação não se restringe ao domínio de técnicas, mas envolve a vivência interna dos processos que o próprio estudante deverá facilitar em sua atuação futura.

“Quando olho para o mundo da psicoterapia, vejo claramente que o instrumento principal do trabalho clínico é a própria pessoa do terapeuta. É através de sua sensibilidade, de sua capacidade de se perceber e de se aceitar, de sua abertura para reconhecer seus próprios sentimentos e limites, que ele poderá realmente entrar no mundo do outro. Quanto mais o terapeuta conseguir compreender e enfrentar sua própria experiência interior, mais apto estará a facilitar o crescimento emocional daqueles que o procuram. Por isso, considero que o desenvolvimento pessoal e o autoconhecimento não são aspectos periféricos da formação, mas elementos centrais, dos quais depende a autenticidade, a responsabilidade ética e a eficácia da relação terapêutica.” (ROGERS, 1977, p. 18).

A citação de Rogers (1977) explicita de maneira contundente que a qualidade da prática clínica não depende apenas de métodos, técnicas ou domínio teórico, mas da disposição do próprio terapeuta em confrontar sua subjetividade. Ao afirmar que o “instrumento principal do trabalho clínico é a própria pessoa do terapeuta”, o autor desloca a formação em Psicologia do campo exclusivamente técnico para um campo profundamente experiencial, no qual o autoconhecimento, a sensibilidade e a aceitação de si constituem competências estruturantes. Esse entendimento amplia a discussão sobre

a formação do psicólogo ao evidenciar que a psicoterapia pessoal não é acessória ou opcional, mas elemento ético e formativo central, pois é por meio dessa vivência que o futuro profissional desenvolve a capacidade de acolher o outro de forma genuína, congruente e responsável. Assim, a reflexão de Rogers sustenta a necessidade de que instituições formadoras incluam o cuidado emocional dos estudantes como parte essencial da qualificação profissional, a fim de garantir práticas clínicas mais humanas, éticas e efetivas.

Dessa forma, este tópico discute a psicoterapia como dimensão indispensável da formação em Psicologia, destacando seus fundamentos conceituais, sua relevância para o desenvolvimento de competências profissionais e seu papel na sustentação ética da prática psicológica.

A psicoterapia é reconhecida como prática central da Psicologia, voltada ao cuidado psicológico, emocional e comportamental. Possui diversas abordagens teóricas, como Psicanálise, Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) e Psicologia Humanista, cada uma contribuindo de forma singular para o manejo do sofrimento psíquico (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2022).

A afirmação de que a psicoterapia é uma prática central da Psicologia, conforme indica o Conselho Federal de Psicologia (2022), é pertinente, mas precisa ser problematizada para avançar além do caráter meramente descritivo. Dizer que a psicoterapia envolve “cuidado psicológico, emocional e comportamental” e que possui diversas abordagens teóricas é correto, mas insuficiente para fundamentar o papel da psicoterapia na formação do psicólogo. É necessário discutir como e por que ela se configura como um instrumento formativo essencial para aquilo que autores clássicos e contemporâneos enfatizam como autoconhecimento, consciência de si e desenvolvimento de postura ética e crítica.

Os dados empíricos apresentados por pesquisas recentes revelam um cenário preocupante sobre o acesso de graduandos em Psicologia à psicoterapia pessoal no Brasil. Anjos et al. (2017) observaram que apenas 35% dos estudantes de uma instituição do Rio Grande do Sul faziam acompanhamento psicoterapêutico, apesar dos reconhecidos benefícios dessa prática para o desenvolvimento emocional e para a formação profissional. Em estudo semelhante, Melo e Bromochenkell (2021) identificaram que a baixa adesão está associada tanto a barreiras financeiras quanto à falta de incentivo institucional, reforçando que a psicoterapia ainda é compreendida por muitos estudantes como opcional e não como uma ferramenta formativa essencial.

Quando esses achados são analisados de forma ampliada, percebe-se que eles revelam um problema estrutural no cenário nacional: a formação em Psicologia, embora fortemente baseada no desenvolvimento de competências relacionais e no manejo de processos emocionais complexos, muitas vezes negligenciando o cuidado com a saúde mental do próprio estudante. A ausência de vivências sistemáticas de autoconhecimento durante a graduação pode gerar consequências éticas significativas. Sem espaço para refletir sobre suas próprias emoções, limites e vulnerabilidades, o futuro profissional corre o risco de comprometer a qualidade da escuta clínica, o manejo da transferência e contratransferência, e até mesmo a capacidade de oferecer um cuidado ético e responsável.

Essa discussão se articula diretamente com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005). O art. 1º estabelece que o psicólogo deve pautar sua atuação pelo respeito à dignidade e à promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas e das coletividades, princípios que pressupõem uma prática profissional emocionalmente responsável. Já o art. 2º determina que o psicólogo deve zelar para que seu trabalho seja realizado com qualidade técnica e científica, o que inclui, implicitamente, o compromisso com seu próprio bem-estar e equilíbrio emocional. Dessa forma, formar-se sem ter vivenciado processos de autoconhecimento pode configurar não apenas um déficit formativo, mas também um risco ético, pois compromete a capacidade do profissional de cuidar do outro sem colocar em risco o próprio bem-estar, dimensão fundamental para a prática psicológica.

Assim, os dados de Anjos et al. (2017) e Melo e Bromochenkell (2021) permitem compreender que a falta de acesso à psicoterapia pessoal não é apenas uma questão individual ou circunstancial, mas um reflexo de lacunas institucionais e estruturais na formação em Psicologia no Brasil. Refletir criticamente sobre esses achados aponta para a necessidade de políticas acadêmicas que incentivem, facilitem e institucionalizem o cuidado emocional dos estudantes, garantindo uma formação mais ética, sensível e alinhada às exigências da profissão.

A prática é frequentemente buscada apenas nos últimos semestres, quando as exigências dos estágios intensificam as demandas emocionais e éticas. Melo e Bromochenkell (2021) mostraram que 46% dos estudantes de uma instituição privada no interior da Bahia relataram sofrimento psíquico após o ingresso na universidade, evidenciando que o ambiente acadêmico funciona como fator estressor. Assim, o acesso

à psicoterapia durante a graduação contribui para o desenvolvimento de autoconhecimento, gestão emocional e preparo ético-profissional.

No aspecto social, estudar psicologia é um processo que mobiliza intensamente a subjetividade, expondo os estudantes, muitas vezes jovens e em processo de amadurecimento, a conteúdos complexos relacionados à dor, à angústia e às dificuldades humanas. Esses fatores podem desencadear sofrimento psíquico, prejudicando a saúde mental desses indivíduos e, conseqüentemente, sua capacidade de atender às demandas de um público cada vez mais adoecido. Dados apontam índices alarmantes de ansiedade, depressão e suicídio, configurando uma questão de saúde pública global. Dessa forma, cuidar da saúde mental dos estudantes de Psicologia é essencial para que possam exercer sua profissão de forma ética, empática e eficaz, contribuindo positivamente para a sociedade. No aspecto científico, o estudo se alinha às discussões acadêmicas e práticas sobre a relação entre saúde mental e o desenvolvimento de competências profissionais.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, requer que seus praticantes possuam equilíbrio emocional e autoconhecimento, habilidades essenciais para lidar com as complexidades da subjetividade humana. A ausência de suporte psicoterapêutico durante a graduação compromete esse desenvolvimento, além de reforçar a perpetuação de tabus e crenças limitantes sobre saúde mental, especialmente em regiões menos favorecidas em termos de recursos e acesso a informações. Diante dos dados argumentados é possível analisar que esta situação se torna bastante difícil quando citamos sobre esse ponto em uma região desfavorável a adaptação a novas técnicas e abordagens psicológicas.

### 3.4 DESAFIOS REGIONAIS NO SERIDÓ E EM CAICÓ-RN

A formação de psicólogos em regiões interioranas apresenta particularidades que atravessam fatores culturais, estruturais e socioeconômicos, influenciando profundamente tanto o percurso formativo quanto a atuação profissional. No Seridó potiguar, essas especificidades tornam-se ainda mais evidentes devido ao forte enraizamento de tradições, à predominância de uma população envelhecida, às desigualdades socioeconômicas e às limitações históricas no acesso a serviços de saúde, especialmente no campo da saúde mental. Dimenstein (2000), uma das principais autoras a discutir a interiorização da Psicologia no Brasil, argumenta que compreender a prática psicológica fora dos grandes centros urbanos exige reconhecer as formas próprias de sociabilidade, vulnerabilidade e pertencimento que caracterizam o interior do Nordeste.

Nessas regiões, onde os recursos institucionais costumam ser mais escassos e as demandas subjetivas estão profundamente atravessadas pela cultura, os processos formativos são diretamente impactados pelo território.

Esse cenário se articula também com as fragilidades no acesso à psicoterapia e a outros dispositivos de cuidado emocional. Barreiras financeiras, culturais e institucionais dificultam o acesso, contribuindo para a manutenção de desigualdades estruturais e para a invisibilidade do sofrimento mental. Dimenstein (2011) enfatiza que a interiorização das políticas públicas de saúde mental no Brasil, embora tenha avançado, ainda é marcada por lacunas importantes. Municípios pequenos apresentam baixo investimento municipal, dificuldades para fixação de profissionais, ausência de serviços especializados e, muitas vezes, resistência comunitária a práticas psicológicas. O sofrimento psíquico, nesses contextos, tende a ser interpretado por lentes moralizantes ou religiosas, o que contribui para atrasos na busca por atendimento, estigmatização e manutenção de diagnósticos não reconhecidos.

Dados epidemiológicos recentes reforçam esse panorama. No Rio Grande do Norte, o Ministério da Saúde, por meio do DATASUS, registrou que, entre 2018 e 2023, houve aumento de 32% nos atendimentos relacionados a transtornos depressivos e ansiosos na Atenção Primária, com maior concentração em municípios do interior (BRASIL, 2023). Essa tendência acompanha dados nacionais: segundo o IBGE (2021), 12,7% da população nordestina declarou diagnóstico médico prévio de depressão, índice maior do que a média brasileira (10,2%). Esses números apontam para a necessidade de ampliar a compreensão sobre o sofrimento psíquico em territórios rurais e urbano-periféricos, onde variáveis como pobreza, isolamento geográfico, desemprego, secas recorrentes e baixa oferta de serviços especializados intensificam vulnerabilidades emocionais. No contexto universitário, o cenário se agrava: jovens interioranos lidam simultaneamente com estressores acadêmicos, dificuldades econômicas, deslocamentos para estudar e exigências familiares, compondo um quadro de risco para ansiedade, depressão e adoecimento emocional.

É nesse ponto que a regionalização da vida e as redes de apoio estruturadas em torno da família tradicional e das relações comunitárias desempenham papel central. Conforme argumenta Dimenstein (2000), o sofrimento mental em cidades do interior muitas vezes é interpretado sob óticas religiosas, espiritualistas ou moralizantes. Isso pode produzir respostas comunitárias diversas, desde acolhimento afetivo até reforço de estigmas, como a associação do sofrimento psíquico à “falta de fé”, “fraqueza” ou “desvio

moral”. Para estudantes de Psicologia, esse contexto exige a construção de competências culturais, éticas e comunicacionais que permitam atuar de modo sensível, evitando a reprodução de discursos patologizantes ou descontextualizados e reconhecendo o papel central da cultura na constituição da subjetividade.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão, assume no Seridó potiguar um papel emergente e de grande relevância social. A região historicamente contou com poucos serviços especializados em saúde mental, e a chegada de cursos superiores, como o de Psicologia na FCST em Caicó, contribui para o fortalecimento da rede de cuidado. Entretanto, a expansão da formação acadêmica também torna mais evidentes desafios estruturais: a distância entre teoria e prática, a ausência de estágios suficientes em serviços públicos, a dificuldade de articulação com as políticas de saúde mental e a limitada oferta de supervisões em contextos comunitários. Como defendem Amarante (2007) e Dimenstein (2011), a construção de práticas territorializadas depende da articulação ativa entre universidade, SUS e comunidade, reforçando uma perspectiva ético-política de cuidado.

Nesse sentido, o fazer psicológico na região exige não apenas domínio técnico, mas uma postura crítica e sensível às condições socioculturais que moldam a subjetividade dos indivíduos. A desconstrução de tabus e estigmas sobre saúde mental torna-se parte central do trabalho do psicólogo, que necessita atuar tanto na clínica quanto na dimensão comunitária, preventiva e educativa. Intervenções como rodas de conversa, ações de psicoeducação, atividades em escolas, campanhas comunitárias e escuta ativa são fundamentais para ampliar o acesso e promover saúde mental de forma integrada ao território. Além disso, práticas dialógicas baseadas na realidade local podem contribuir para romper com visões urbanocêntricas, reconhecendo a potência das sabedorias e dos modos de vida interioranos.

Compreender a formação em Psicologia no Seridó implica, portanto, reconhecer que a interiorização da profissão coloca o estudante diante de desafios, mas também de inúmeras possibilidades. O encontro com a diversidade cultural, com populações envelhecidas, com tradições religiosas, com desigualdades e com novas e complexas demandas sociais torna o processo formativo um espaço de transformação ética, política e comunitária. Assim, quanto mais a formação universitária se articula com a realidade territorial, maior será a capacidade de construir uma Psicologia comprometida com o cuidado integral, com a equidade e com a promoção da saúde mental em regiões interioranas.

### 3.5 A IMPORTÂNCIA DA PSICOTERAPIA NA FORMAÇÃO ÉTICA E EMOCIONAL NA PSICOLOGIA

A psicoterapia ocupa lugar central na formação pessoal, ética e profissional do psicólogo, constituindo-se como prática indispensável para o desenvolvimento da sensibilidade clínica, da capacidade reflexiva e da maturidade emocional. Trata-se de um processo que atravessa não apenas o domínio técnico, mas também dimensões intimamente ligadas à subjetividade, à ética e à construção da identidade profissional. De acordo com Rogers (1977, p. 33), “o terapeuta só pode facilitar o crescimento do outro na medida em que também se permite crescer”, ressaltando que qualidades como autenticidade, empatia e congruência não podem ser apenas ensinadas, mas sim vividas e incorporadas subjetivamente. Essa premissa coloca a psicoterapia pessoal como parte constitutiva da formação, pois é no encontro consigo mesmo que o futuro profissional começa a compreender os elementos que compõem sua prática clínica e sua postura diante do outro.

A perspectiva humanista reforça a ideia de que a psicoterapia mobiliza um processo contínuo de amadurecimento emocional, permitindo ao estudante reconhecer fragilidades, padrões de funcionamento e aspectos defensivos que podem interferir na relação terapêutica. Esse movimento é essencial para que o psicólogo em formação desenvolva a capacidade de estar plenamente presente na relação clínica como condição fundamental para o estabelecimento da aliança terapêutica e do vínculo de confiança. Como argumentam Raskin e Rogers (2000), a congruência do terapeuta é uma ferramenta tão importante quanto qualquer conhecimento teórico ou técnica, pois é a partir dela que o paciente encontra um ambiente propício para seu próprio crescimento psicológico.

Autores como Perls (1988) reforçam essa compreensão ao defender que a consciência de si o awareness é condição indispensável para qualquer prática de ajuda. Na Gestalt-terapia, o processo psicoterapêutico é entendido como um campo de contato que integra corpo, emoção e pensamento, possibilitando que o indivíduo entre em diálogo consigo e com sua própria história. Para o futuro psicólogo, essa vivência favorece o reconhecimento de suas necessidades, limites, potencialidades, mecanismos de defesa e modos de lidar com situações de conflito. Sem esse processo de autoconhecimento e autorregulação, a formação tende a ficar restrita a conteúdos técnicos, desvinculada das dimensões afetivas e relacionais que estruturam profundamente o fazer clínico e a atuação profissional em Psicologia.

A literatura contemporânea também destaca a relevância da dimensão subjetiva e afetiva na formação do psicólogo. Safra (2004) afirma que o trabalho clínico exige a construção de uma “função continente”, ou seja, a capacidade de sustentar o sofrimento do outro sem desorganizar-se emocionalmente. Figueiredo (2009), por sua vez, argumenta que o psicólogo atua em um espaço intersubjetivo onde suas próprias vivências, crenças e afetos participam do processo terapêutico. Dessa forma, a psicoterapia pessoal assume papel formativo ao permitir a elaboração de conflitos internos, o fortalecimento emocional e o desenvolvimento de uma postura ética reflexiva frente às demandas clínicas.

Além das dimensões éticas e subjetivas, a psicoterapia também tem sido apontada como dispositivo de proteção à saúde mental dos estudantes. Pesquisas nacionais mostram índices crescentes de ansiedade, estresse, depressão e sofrimento psíquico entre graduandos de Psicologia (LOPES; BASTOS; ALMEIDA, 2022; FONAPRACE, 2019). Esses dados revelam um cenário preocupante, especialmente em regiões interioranas, onde se somam barreiras de acesso a serviços especializados, menor oferta de cuidados em saúde mental, estigmas culturais e desafios socioeconômicos. Nesse contexto, o envolvimento em psicoterapia pessoal permite que o estudante desenvolva recursos de autocuidado, regulação emocional e enfrentamento, prevenindo adoecimentos e fortalecendo sua saúde mental ao longo da formação.

Em regiões do interior, como ocorre em grande parte do Nordeste brasileiro, essas dificuldades tendem a ser ainda mais intensas, pois se somam à escassez de serviços especializados, aos estigmas que ainda cercam a saúde mental, à influência de costumes e tradições locais e às condições socioeconômicas muitas vezes desfavoráveis. Estudos sobre interiorização do ensino superior e formação em Psicologia (CAMPOS; GUIMARÃES, 2016; BASTOS, 2020) indicam que estudantes dessas regiões enfrentam desafios específicos: impacto emocional da convivência em cidades de pequeno porte, conflitos familiares decorrentes da mudança de papéis sociais, dificuldades financeiras e precariedade de políticas públicas voltadas à saúde mental. A psicoterapia pessoal, portanto, emerge como estratégia essencial para suportar essas pressões, promovendo o fortalecimento emocional e a constituição de um senso de identidade profissional mais sólido e equilibrado.

Outro aspecto central diz respeito ao papel ético da psicoterapia na formação. Como afirma Foucault (1995), não é possível exercer cuidado sobre o outro sem a prática contínua do “cuidado de si”. No campo psicológico, esse cuidado envolve reconhecer

vulnerabilidades, limites e zonas de conflito que podem influenciar a prática profissional. Quando o estudante ignora aspectos de sua própria subjetividade, há maior risco de atuações contratransferenciais, dificuldades no manejo emocional e falhas na construção da relação terapêutica. Já o estudante que passa por psicoterapia desenvolve maior capacidade crítica, empatia e consciência de sua responsabilidade enquanto profissional que lida diretamente com o sofrimento humano.

A psicoterapia também contribui para o fortalecimento de competências relacionais, essenciais para a prática clínica e para atuação em campos diversos como escolas, unidades de saúde, políticas de assistência social e programas comunitários. A literatura aponta que habilidades como escuta ativa, tolerância à ambiguidade, sensibilidade cultural, acolhimento e manejo da transferência são desenvolvidas não apenas por meio de aulas teóricas, mas vivencialmente, a partir de experiências terapêuticas pessoais (BENETTI; GOSPSTEIN, 2017). Assim, a psicoterapia torna-se ferramenta pedagógica potente ao favorecer a incorporação de competências emocionais e interpessoais imprescindíveis à profissão.

Por fim, ao integrar psicoterapia pessoal, reflexão teórica e prática profissional, a formação do psicólogo torna-se mais completa, coerente e humanizada. O estudante que vivencia o processo psicoterapêutico desenvolve maior sensibilidade clínica, clareza ética, estabilidade emocional e capacidade de compreender a complexidade das experiências humanas. Tais competências são especialmente importantes em regiões interioranas, onde as demandas emocionais e psicológicas são profundamente atravessadas por desigualdades sociais, relações comunitárias próximas, tabus culturais e vulnerabilidades estruturais. Portanto, a psicoterapia consolida-se como prática formativa essencial, contribuindo não apenas para o desenvolvimento subjetivo, mas também para a qualificação da atuação profissional e para a construção de práticas mais éticas, críticas e humanizadas.

#### 4. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Este estudo apresenta abordagem qualitativa, de natureza descritiva e corte transversal, fundamentando-se em um questionário online estruturado aplicado via Google Forms, realizadas com 14 estudantes do 10.º período do curso de Psicologia da FCST, em Caicó/RN, que relataram experiências relevantes vivenciadas durante a graduação. O questionário foi composto por 9 perguntas: (1) Qual o seu atual período no curso de Psicologia? (2) Você já realizou psicoterapia? Se sim, por quanto tempo aproximadamente? (3) Como você descreveria seu estado emocional ao longo da graduação em Psicologia? (4) Em sua opinião, a psicoterapia (ou a falta dela) influenciou esse estado emocional? De que forma? (5) Houve momentos em que você sentiu necessidade de acompanhamento psicológico, mas não conseguiu ter acesso? Quais foram as principais barreiras? (6) De que forma a psicoterapia ajudou (ou poderia ter ajudado) a lidar com conteúdos sensíveis e emocionais do curso? (7) Você percebe que a psicoterapia trouxe (ou poderia trazer) reflexões sobre sua escolha profissional? (8) Você acredita que vivenciar a psicoterapia pessoal ajuda a compreender melhor o papel do psicólogo diante do sofrimento humano? Explique. (9) Em sua percepção, a ausência de psicoterapia pode comprometer a prática profissional de futuros psicólogos? De que maneira?

O critério de inclusão exigiu estar matriculado nos anos finais do curso e concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As garantias éticas incluíram anonimato, confidencialidade e preservação do sigilo das informações. Essa metodologia foi escolhida por sua capacidade de explorar as múltiplas dimensões e significados atribuídos pelos participantes ao tema investigado, privilegiando a compreensão da subjetividade e das relações sociais que envolvem o objeto de estudo.

A pesquisa qualitativa busca interpretar os significados que os sujeitos atribuem às suas experiências, reconhecendo que a complexidade do fenômeno transcende a mera quantificação de variáveis. Conforme Silva et al. (2022), essa abordagem permite acessar a multiplicidade de sentidos que constituem as subjetividades, valorizando a relação entre o indivíduo e seu contexto social. Estudos de caráter descritivo e com corte transversal são úteis para coletar informações em um ponto específico no tempo, possibilitando a identificação de padrões, frequências e a distribuição de temas-assuntos relacionados à saúde mental e à formação acadêmica (BUCHALA; CARDOSO, 2005).

Para a análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo conforme sistematizada por Bardin (2011), adotando um percurso analítico organizado em etapas sucessivas e interdependentes.

Como explica Bardin (2016, p. 15):

“Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a 'discursos' [...] extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas [...] é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência.”

Inicialmente, procedeu-se à leitura integral e repetida dos questionários, com o objetivo de familiarização com o material empírico e identificação preliminar de ideias centrais recorrentes, o que possibilitou a delimitação do corpus de análise e a formulação de critérios iniciais de interpretação.

Na etapa seguinte, realizou-se a fragmentação das respostas em unidades de significado, extraíndo palavras, expressões e enunciados considerados relevantes para os objetivos do estudo. Essas unidades foram codificadas de acordo com seu conteúdo semântico, originando códigos provisórios que representavam sentidos comuns presentes nos discursos dos participantes. Em seguida, esses códigos foram comparados e reorganizados de forma progressiva, possibilitando o agrupamento por similaridade temática.

Posteriormente, os códigos foram consolidados em categorias analíticas mais amplas, construídas a partir da recorrência e da relevância dos sentidos identificados. Como exemplo do procedimento adotado, enunciados que indicavam dificuldades econômicas para acesso à psicoterapia foram reunidos sob um mesmo código e, posteriormente, integrados a uma categoria temática relacionada às limitações estruturais de acesso ao cuidado psicológico. Esse processo foi replicado de maneira sistemática para todo o conjunto de respostas, assegurando coerência interna na categorização.

Por fim, as categorias resultantes foram submetidas à análise interpretativa, sendo discutidas à luz do referencial teórico adotado, articulando os dados empíricos às contribuições da literatura científica pertinente. Quando pertinente, realizou-se também uma quantificação exploratória das ocorrências, com a finalidade de identificar padrões e tendências nos discursos, sem perder de vista o caráter qualitativo da investigação. Tal procedimento assegurou rigor metodológico, rastreabilidade das inferências e maior fidedignidade analítica aos resultados obtidos.

As categorias foram definidas combinando critérios de frequência, semelhança semântica e relevância para os objetivos da pesquisa: inicialmente registraram-se as unidades de sentido mais recorrentes; em seguida, unidades com proximidade temática foram agrupadas por semelhança semântica (reunião de enunciados que expressam o mesmo significado ou função discursiva); finalmente, procedeu-se à seleção das categorias centrais com base em sua pertinência para responder aos objetivos do estudo e para revelar dimensões significativas da experiência dos estudantes. Quando houve ambiguidade na codificação, utilizou-se confronto entre leituras e busca de consenso entre os pesquisadores para assegurar a consistência das categorias.

Esse procedimento metodológico, estruturado e transparente, visa proporcionar uma análise aprofundada dos sentidos atribuídos pelos discentes às demandas acadêmicas e à saúde mental no contexto da formação em Psicologia, subsidiando discussões sobre a relevância da psicoterapia na formação e propostas de intervenção institucional.

## 5. ANÁLISE DE DADOS

### 5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES E RESUMO DA COLETA DE DADOS

A amostra deste estudo foi composta por 14 estudantes regularmente matriculados no 10º período do curso de Psicologia na cidade de Caicó/RN. Todos participaram de forma voluntária, após aceitarem e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme as diretrizes éticas da pesquisa em Psicologia. A média de idade aproximada foi de 25 anos, indicando um grupo predominantemente jovem, em transição para a vida profissional e vivenciando a fase final da formação acadêmica, marcada por maior proximidade com práticas clínicas, estágios supervisionados e demandas emocionais intensificadas.

Observou-se uma clara predominância do gênero feminino, com 13 mulheres e apenas 1 homem. Embora o número em si possa parecer meramente descritivo, ele ganha relevância quando interpretado à luz da literatura sobre o processo de feminização da Psicologia no Brasil. Pesquisas como as de Macedo et al. (2018) e Cruz (2020) evidenciam que, desde a década de 1990, a profissão tem se tornado cada vez mais ocupada por mulheres, reflexo de construções históricas e socioculturais que associam o campo do cuidado, da escuta e da sensibilidade relacional ao feminino. Além disso, as políticas de expansão do ensino superior, especialmente em regiões interioranas, ampliaram ainda mais esse movimento.

No contexto específico do Seridó potiguar, essa predominância feminina apresenta ainda outros desdobramentos. Trata-se de uma região marcada por forte enraizamento cultural, por uma divisão tradicional de papéis sociais e pela vinculação histórica das mulheres a profissões relacionadas ao cuidado, como saúde, educação e assistência social. Dessa forma, o expressivo número de mulheres na amostra não apenas segue a tendência nacional, mas também evidencia características socioprofissionais locais. Isso reforça a importância de considerar o território e suas dinâmicas na análise de fenômenos acadêmicos e profissionais.

Os participantes, por estarem no 10º período, encontravam-se na fase final da graduação, momento caracterizado por exigências acadêmicas intensas, contato direto com casos clínicos complexos e confrontos pessoais que emergem do exercício da escuta psicológica. É um período de transição entre a identidade de estudante e a identidade profissional, o que costuma intensificar vivências emocionais, éticas e subjetivas. A

literatura aponta que, nesse estágio, estudantes tendem a vivenciar maior desgaste psicológico, aumento das responsabilidades e necessidade de maior suporte institucional (SILVA & TREVISAN, 2019).

Os critérios necessitam de definição clara e objetiva, uma vez que são eles que orientam todas as etapas subsequentes da análise. No presente processo, as etapas foram divididas em três momentos principais. O primeiro correspondeu à organização dos dados, caracterizada por uma pré-análise minuciosa. Nessa fase inicial, a formulação e a preparação do material mostraram-se essenciais para garantir uma aplicação metodológica adequada, permitindo que o conteúdo fosse disposto de maneira clara, coerente e sucinta. Essa etapa inicial funciona como um alicerce, pois dela depende a qualidade interpretativa e a fidedignidade do processo como um todo.

Em seguida, foi realizada a etapa de codificação dos dados, ou seja, um processo sistemático de decomposição, classificação e categorização das informações coletadas. A codificação possibilita destrinchar o material, organizando-o em unidades analíticas que dialogam diretamente com o objetivo da pesquisa. Nesse momento, cada fragmento do corpus é examinado e alocado em categorias previamente definidas ou emergentes, garantindo foco, coerência metodológica e alinhamento com o problema investigado. Trata-se de um momento crucial, pois permite transformar dados brutos em elementos significativos e interpretáveis.

Por fim, chega-se à geração do canal de comunicação entre receptor e emissor, etapa considerada por Bardin como a mais importante do processo analítico. Esse momento envolve a interlocução entre o material codificado e sua interpretação, estabelecendo um fluxo comunicativo em que o pesquisador (emissor) apresenta, organiza e explica os resultados, enquanto o leitor (receptor) compreende, analisa e atribui sentido às informações. A interferência controlada do pesquisador torna-se o ponto primordial, pois somente por meio dessa mediação consciente é possível produzir uma análise consistente, ética e fundamentada. Assim, a construção desse canal comunicativo não apenas finaliza o processo, mas também o legitima, consolidando a etapa interpretativa como eixo central da análise segundo Bardin.

## 5.2 CATEGORIAS DA ANÁLISE DE CONTEUDO

A análise qualitativa foi realizada por categorização temática, permitindo organizar as percepções dos participantes em quatro categorias principais:

### 5.2.1 Categoria 1: Percepções sobre a importância da psicoterapia

Os participantes destacaram que a psicoterapia é fundamental para o autoconhecimento e a gestão emocional, sendo vista como ferramenta essencial para lidar com os desafios acadêmicos e futuros desafios profissionais. Estes achados corroboram estudos de Anjos et al. (2017) e Melo e Bromochenkell (2021), que evidenciam que a prática psicoterapêutica contribui significativamente para a preparação ética e emocional do estudante de Psicologia.

P5” A psicoterapia proporciona um espaço seguro em que a gente pode externar as nossas emoções, instigar reflexões e ajudar a acolher as nossas dores, como, também, entendê-las. Considerando isso, se eu tivesse realizado um acompanhamento psicológico, eu poderia ter aprendido estratégias para lidar melhor com as dificuldades da faculdade.”

P2” fazer psicoterapia me ajudou muito a entender melhor o papel do psicólogo diante do sofrimento humano. Estar na posição de quem é escutado me fez perceber, na prática, como a presença, o acolhimento e a forma de conduzir fazem diferença. Isso me trouxe mais sensibilidade, empatia e clareza sobre a importância do nosso lugar como futuros profissionais.”

P14: Principalmente por desconstruir a ideia de que psicólogo não sente, é neutro, entre outros estigmas. Psicólogo é um ser humano, e precisa de ajuda tanto quanto. Acredito que antes de aprendermos qualquer coisa, deveríamos construir esse raciocínio sobre aceitar as nossas fragilidades, e sair desse lugar, e também ajudar a desconstruir, a visão da psicologia nesse lugar da superioridade, distante, inatingível, e/ou, sem sensibilidade para ser tocado pela dor do outro, e pela sua própria.

P12: Vivenciar a psicoterapia pessoal contribui profundamente para a compreensão do papel do psicólogo diante do sofrimento humano. Ao trilhar o próprio caminho de autoconhecimento, o futuro psicólogo aprende, na prática, sobre escuta, acolhimento e empatia. Acredito que não é possível conduzir o outro por um processo que nós mesmos não buscamos vivenciar. Quando conhecemos nossas próprias dores, limites e potencialidades, tornamo-nos mais sensíveis e conscientes para acompanhar o outro em seu processo de crescimento e transformação.

As falas demonstram que os estudantes reconhecem a psicoterapia como experiência formativa indispensável, não apenas como técnica clínica, mas como vivência de transformação pessoal que atravessa a dimensão acadêmica, relacional e ética da

formação. A menção recorrente ao acolhimento, ao autoconhecimento e ao desenvolvimento de maior sensibilidade para lidar com o sofrimento alheio dialoga diretamente com a noção rogeriana de congruência e empatia como pilares para a autenticidade profissional (Rogers, 1977). Trata-se de reconhecer que o exercício da Psicologia não se limita ao domínio de procedimentos ou teorias, mas exige uma postura subjetiva que só pode ser construída quando o próprio estudante se permite elaborar suas experiências internas e compreender as zonas de vulnerabilidade que o constituem.

Ao enfatizarem a necessidade de reconhecer fragilidades, limites emocionais e tensões internas, os participantes também se aproximam da crítica de Foulkes (1948), que vê o terapeuta como parte do campo relacional, e não como figura neutra, distante ou superior ao paciente. Para esse autor, a clínica é sempre um espaço de encontro e mutualidade, e a percepção dos estudantes de que “ninguém conduz o outro sem ter sido conduzido” revela adesão a essa perspectiva, reafirmando que o psicólogo não está fora do campo de afetos e de conflitos que emergem no processo terapêutico. A psicoterapia pessoal, nesse sentido, possibilita ao futuro profissional compreender como suas próprias histórias, dores e defesas aparecem na relação com o outro e, mais do que isso, como podem ser manejadas de maneira ética.

Além disso, ao afirmarem que é impossível conduzir o outro sem ter vivenciado sua própria dor, seus limites e suas contradições, os estudantes confirmam a perspectiva de Anjos et al. (2017), segundo a qual a psicoterapia pessoal fortalece a ética do cuidado e amplia a responsabilidade profissional. A partir desse processo, o futuro psicólogo passa a compreender, na prática, a complexidade do sofrimento humano e os impactos das desigualdades, violências e pressões sociais na constituição subjetiva. Assim, a psicoterapia deixa de ser vista como algo opcional e torna-se compreendida como espaço formativo que possibilita elaborar angústias, criar recursos internos de regulação emocional e desenvolver maior capacidade de escuta qualificada.

Outro aspecto relevante evidenciado pelas falas é que a experiência psicoterapêutica contribui para a construção de uma identidade profissional mais sólida, coerente e sensível às demandas contemporâneas da clínica. Ao vivenciarem processos de introspecção, elaboração emocional e autoanálise, os estudantes ampliam a compreensão do papel do psicólogo como agente de cuidado, prevenindo práticas mecanizadas, autoritárias ou desumanizadas. Nesse sentido, a psicoterapia funciona como prática integradora entre teoria e experiência, permitindo que cada futuro profissional

compreenda como seus modos de ser, sentir e se relacionar impactam diretamente a prática clínica.

Assim, as narrativas revelam uma articulação profunda entre experiência subjetiva, formação ética, qualificação da escuta e amadurecimento emocional. Evidenciam, ainda, que a psicoterapia se constitui como espaço privilegiado de reflexão crítica e de construção da identidade profissional, favorecendo uma postura mais humanizada, implicada e responsiva diante das complexidades do sofrimento humano e das exigências éticas da atuação psicológica.

### **5.2.2 Categoria 2: Barreiras de acesso durante a graduação**

Diversos participantes relataram dificuldades financeiras, culturais e institucionais para acessar a psicoterapia durante o curso, sendo as dificuldades culturais compreendidas como a presença de estigmas associados ao sofrimento psíquico, a crença na autossuficiência emocional do futuro psicólogo, a naturalização do adoecimento mental e a percepção da psicoterapia como sinal de fragilidade, e não como recurso de cuidado, o que reforça a ideia de que a saúde mental ainda não é incorporada de forma efetiva à formação em Psicologia. O custo elevado das sessões particulares, muitas vezes incompatível com a renda estudantil, aparece como uma barreira central, sobretudo para aqueles que não dispõem de plano de saúde ou que vivem em regiões com pouca oferta de serviços públicos especializados. Além disso, a intensa carga horária acadêmica e a sobreposição de atividades como estágios, projetos e trabalhos avaliativos reduzem significativamente o tempo disponível para o autocuidado, criando um ciclo em que o estresse acadêmico impede o acesso à própria ferramenta que poderia mitigá-lo. Soma-se a isso a escassez, insuficiência ou mesmo descontinuidade dos serviços de apoio psicológico oferecidos pelas instituições de ensino, que frequentemente funcionam com demandas acima da capacidade de atendimento.

Esses resultados confirmam o que já foi amplamente descrito na literatura (LOPES, et al., 2022; CHAVES; WAGNER, 2016), ao evidenciar que o acesso à psicoterapia entre estudantes é atravessado por determinantes estruturais que ultrapassam o esforço individual. Torna-se evidente, portanto, a necessidade urgente de políticas institucionais robustas, capazes de assegurar suporte psicológico contínuo, acessível e de qualidade no ambiente universitário. Embora alguns participantes tenham relatado experiência prévia em psicoterapia, muitos enfatizaram que tais vivências foram

interrompidas justamente devido a essas barreiras econômicas e institucionais, configurando um elemento desfavorável à permanência e à continuidade do cuidado. Esse cenário revela um paradoxo: estudantes de Psicologia, que futuramente atuarão na promoção da saúde mental, encontram-se desassistidos durante sua própria trajetória formativa, o que amplia o risco de sofrimento psíquico e compromete a construção de uma prática profissional ética e sensível.

Alguns participantes relataram experiência prévia em psicoterapia, porém barreiras de acesso a psicoterapia foi um fator desfavorável à permanência:

P2 “Por muito tempo não procurei a terapia por questões financeiras (por ainda depender dos meus pais) e por eles não enxergarem isso como algo necessário. Então logo quando adquiri independência financeira, a terapia foi a minha primeira prioridade e as minhas sessões eram semanais. Mas a minha psicóloga precisou dar uma pausa devido a gravidez e após isso eu acabei não retornando AINDA pela correria do dia a dia que envolve trabalho e finalização do curso, mas pretendo retornar em breve.”

P4” Nesse ano de 2025 pensei e quis muitas vezes retornar, mas não consegui por motivos financeiros”.

Segundo os relatos, a vivência psicoterapêutica proporcionou aos estudantes não apenas amadurecimento emocional, mas também um processo contínuo de autoconhecimento, ressignificação de experiências pessoais e fortalecimento da capacidade de lidar com conteúdos sensíveis presentes ao longo da formação em Psicologia. Esse processo foi descrito como fundamental para sustentar a saúde emocional frente às exigências acadêmicas e às vivências afetivas despertadas pelas disciplinas, estágios e discussões clínicas. Para muitos, a psicoterapia funcionou como um espaço de elaboração psíquica, permitindo desenvolver habilidades de autorregulação, empatia e escuta — competências essenciais à atuação profissional.

As barreiras identificadas pelos estudantes dialogam diretamente com discussões amplas sobre determinantes socioeconômicos, culturais e institucionais do acesso à saúde mental no Brasil. Carvalho & Dimenstein (2017) destacam que o acesso à psicoterapia no país é profundamente desigual, estruturado a partir de fatores como nível de renda, capital cultural familiar, oferta de serviços públicos e disponibilidade geográfica. Em regiões interioranas e periféricas, essas dificuldades tendem a se intensificar, criando um cenário em que estudantes de classes populares enfrentam maiores obstáculos para buscar cuidado psicológico. Assim, a desigualdade não se expressa apenas na capacidade de

pagar por sessões, mas também na possibilidade de reconhecer a importância desse cuidado e encontrar serviços acessíveis.

Esses autores também apontam que, em muitos contextos sociais, a terapia ainda é vista como um “luxo” ou como um cuidado supérfluo. Essa percepção aparece de forma clara em relatos como o de P2, que descreve um ambiente familiar no qual o acompanhamento psicológico não era compreendido como necessidade legítima, mas como algo distante da realidade cotidiana. Esse tipo de visão, embora culturalmente difundida, produz efeitos concretos: desestimula a busca por ajuda, alimenta estigmas e contribui para a naturalização do sofrimento psíquico.

De maneira complementar, Bock & Furtado (2019) argumentam que a formação em Psicologia no Brasil, apesar de seus avanços teóricos e críticos, ainda tende a invisibilizar ou subdimensionar os determinantes sociais do sofrimento. Essa naturalização das desigualdades repercute diretamente no acesso dos próprios estudantes a serviços de saúde mental, uma vez que a estrutura acadêmica nem sempre reconhece a necessidade de estratégias institucionais de cuidado. Nessa perspectiva, as barreiras econômicas, culturais e institucionais vivenciadas pelos participantes não podem ser compreendidas como dificuldades individuais, mas como expressões de desigualdades estruturais que moldam seus percursos formativos e impactam sua constituição subjetiva enquanto futuros profissionais.

No âmbito da prática profissional, os estudantes reconheceram de forma contundente que a experiência pessoal com psicoterapia é fundamental para compreender, de modo mais profundo, o papel do psicólogo diante do sofrimento humano. A fala de P12 retrata muito bem isso: “Vivenciar a psicoterapia pessoal contribui profundamente para a compreensão do papel do psicólogo diante do sofrimento humano. Ao trilhar o próprio caminho de autoconhecimento, o futuro psicólogo aprende, na prática, sobre escuta, acolhimento e empatia. Acredito que não é possível conduzir o outro por um processo que nós mesmos não buscamos vivenciar. Quando conhecemos nossas próprias dores, limites e potencialidades, tornamo-nos mais sensíveis e conscientes para acompanhar o outro em seu processo de crescimento e transformação.”

A vivência terapêutica permite experimentar na própria pele o lugar de vulnerabilidade, acolhimento e escuta, o que amplia a empatia, aprimora o manejo emocional e contribui para uma atuação mais ética e humanizada. Em contrapartida, a ausência desse acompanhamento pode comprometer a qualidade da prática profissional, levando a dificuldades no manejo da contratransferência, no reconhecimento de limites

peçoais e na sustentação de vínculos terapêuticos. Esse entendimento reforça a ideia de que o cuidado em saúde mental deve ser concebido como uma dimensão formativa e não apenas como uma escolha individual ou opcional.

Entre as tendências observadas, destaca-se a alta valorização da psicoterapia pessoal, que aparece como experiência transformadora e pedagógica. Os estudantes demonstram consciência crítica crescente sobre os desafios relacionados à saúde mental na universidade, reconhecendo que sofrimento, ansiedade e sobrecarga acadêmica são fenômenos coletivos e complexos, que exigem políticas públicas ou organizacionais. Além disso, o reconhecimento das barreiras socioeconômicas, culturais e institucionais que limitam o acesso contínuo à psicoterapia reforça a urgência de ações mais amplas por parte das instituições de ensino superior.

Como apontado pelos autores citados, essas barreiras evidenciam a necessidade de políticas institucionais mais robustas e estruturadas, capazes de democratizar o cuidado psicológico dentro das universidades. Isso inclui ampliar serviços de assistência estudantil, garantir psicoterapia gratuita ou subsidiada, fortalecer políticas de permanência e criar espaços de acolhimento emocional para graduandos em formação. Em síntese, os achados apontam para a importância de uma articulação entre cuidado individual e políticas públicas, de modo que a formação em Psicologia seja sustentada por condições que promovam saúde, equidade e desenvolvimento profissional ético e qualificado.

### **5.2.3 Categoria 3: Impactos emocionais e acadêmicos da ausência de psicoterapia**

A discussão sobre os impactos emocionais e acadêmicos da ausência de psicoterapia entre estudantes de Psicologia não pode ser dissociada do contexto social mais amplo em que esses sujeitos estão inseridos. Conforme argumenta Sawaia (2001), o sofrimento ético-político emerge da tensão entre a experiência singular dos indivíduos e as contradições estruturais da sociedade, especialmente aquelas produzidas pela desigualdade, pela precarização da vida e pelas lógicas normativas do neoliberalismo. Esse tipo de sofrimento ultrapassa a dimensão subjetiva e revela como condições históricas e sociais moldam a forma como cada pessoa vivencia o mal-estar, transformando dores privadas em expressões de injustiças coletivas. Assim, compreender o sofrimento dos estudantes exige reconhecer como pressões institucionais, competitividade acadêmica, exigências de produtividade, falta de políticas de cuidado e

limitações socioeconômicas atravessam a formação universitária, produzindo vulnerabilidades que não podem ser reduzidas a falhas individuais ou falta de resiliência.

No caso específico da formação em Psicologia, há um paradoxo evidente: enquanto os estudantes são preparados para acolher, compreender e intervir no sofrimento do outro, muitas vezes não dispõem de suporte adequado para lidar com o próprio sofrimento. A graduação envolve contato constante com temas sensíveis — violência, trauma, luto, conflitos familiares, transtornos mentais —, além de longas jornadas de estudo, estágios emocionalmente exigentes e uma forte cobrança por competência técnica e maturidade emocional. Sem psicoterapia, muitos estudantes se veem diante da necessidade de elaborar conteúdos internos complexos sem a mediação de um espaço seguro de escuta e reflexão, o que amplia o desgaste emocional e pode comprometer diretamente sua formação profissional.

A ausência de acompanhamento psicoterapêutico foi associada a sentimentos de estresse, ansiedade, frustração e dificuldade de concentração, além de impactos na qualidade do desempenho acadêmico. Esses resultados reforçam a literatura que aponta que a falta de suporte emocional pode prejudicar o bem-estar do estudante e comprometer sua formação profissional (ANDRADE et al., 2016; SON et al., 2020; VANZIN et al., 2019).

Ao relacionar esses achados ao conceito de sofrimento ético-político, observa-se que os sentimentos relatados pelos estudantes não são apenas respostas individuais ao estresse cotidiano, mas expressões de um mal-estar socialmente produzido. Segundo Sawaia (2001), esse tipo de sofrimento decorre da tensão entre o desejo de agir, criar e transformar a própria realidade, e as restrições impostas por estruturas sociais desiguais que limitam oportunidades, recursos e possibilidades de cuidado. No caso dos estudantes, a impossibilidade de acessar psicoterapia seja por limitações financeiras, falta de tempo, ausência de políticas institucionais ou por barreiras culturais que desvalorizam o cuidado de si reflete não apenas carências individuais, mas a reprodução de desigualdades que atravessam a formação acadêmica no modelo neoliberal. Esse modelo se caracteriza pela produtividade elevada, exigências crescentes, competitividade e responsabilização individual pelo próprio sofrimento, como se cada estudante fosse o único responsável pela gestão de sua saúde emocional.

Ao ampliar essa análise, percebe-se que a própria organização das universidades, muitas vezes carente de serviços de apoio psicológico institucionalizados, contribui para a perpetuação de um ambiente no qual o cuidado não faz parte da rotina formativa, mas é tratado como responsabilidade exclusiva do aluno. Assim, o sofrimento emocional se

intensifica quando o estudante, diante de suas limitações, é levado a interpretar suas dificuldades como fracasso pessoal, em vez de reconhecer que está atravessado por condições materiais e simbólicas que operam para restringir seu bem-estar. É nesse ponto que a reflexão de Sawaia (2001) se torna fundamental: ela permite deslocar o olhar da psicologia individualizante para uma compreensão crítica e contextual, em que sofrimento, desempenho acadêmico e cuidado são compreendidos como questões políticas e não apenas pessoais.

Dessa forma, a citação de Sawaia (2001) amplia radicalmente o entendimento dos impactos emocionais e acadêmicos da ausência de psicoterapia na formação em Psicologia, ao evidenciar que o sofrimento dos estudantes não é resultado exclusivo de sua história individual, mas expressão de um contexto social que precariza o cuidado, invisibiliza vulnerabilidades e transforma a subjetividade em campo de disputa política. Assim, analisar a ausência de psicoterapia a partir dessa perspectiva crítica permite não apenas compreender os desafios enfrentados pelos estudantes, mas também apontar a urgência de políticas institucionais que reconheçam o cuidado psicológico como direito e como dimensão essencial da formação humana e profissional.

P2: P6: “Acredito que a psicoterapia poderia ter me ajudado a lidar de forma mais equilibrada com os conteúdos sensíveis e emocionais do curso, oferecendo um espaço seguro para refletir sobre as determinadas situações. Vejo que esse processo seria fundamental para fortalecer minha maturidade emocional e também para me preparar melhor para lidar com as vivências e dores do outro de maneira mais empática e consciente”.

P10 “Ao longo da graduação, enfrentei momentos de dúvida e insegurança sobre minha escolha profissional, e percebo que a psicoterapia poderia ter me ajudado a compreender melhor esses sentimentos. Muitas vezes, seguimos carregando incertezas sem nos permitir olhar de forma mais profunda para o que realmente nos motiva. Acredito que, ao trabalhar essas questões em terapia, seria possível entender com mais clareza se o caminho escolhido faz sentido para mim, evitando frustrações e fortalecendo a relação com a profissão de maneira mais consciente e autêntica”

P1” Apesar do suporte familiar, esposo e de amigos, teria sido fundamental ter tido um acompanhamento profissional também! Talvez a minha experiência teria sido melhor, pois através da escuta especializada eu poderia ter aprendido a lidar de maneira mais saudável com os desafios da graduação.

Sob essa ótica, as falas dos participantes revelam de maneira contundente como a falta de acompanhamento psicoterapêutico reverbera na trajetória acadêmica, afetando não apenas a aprendizagem, mas também a construção identitária e o modo como cada estudante elabora as vivências emocionais mobilizadas pelo curso. Os relatos evidenciam que a graduação em Psicologia, por demandar contato constante com temas sensíveis, sofrimento humano, conflitos éticos, experiências traumáticas e dinâmicas relacionais complexas, exige do estudante uma capacidade de autorreflexão e autorregulação emocional que nem sempre é possível desenvolver de forma solitária.

Nesse sentido, P2 expressa claramente que a psicoterapia teria funcionado como um espaço de acolhimento e elaboração, permitindo-lhe lidar de forma mais equilibrada com os conteúdos emocionais da formação. A fala reforça a ideia, sustentada por autores como Sawaia, de que o cuidado de si é condição para uma prática ética e verdadeiramente sensível ao sofrimento do outro. Nesse caso, a ausência de psicoterapia não apenas prejudica o bem-estar subjetivo, mas limita a capacidade formativa da própria graduação, que deveria favorecer processos de amadurecimento emocional.

P10 também destaca como a psicoterapia poderia ter contribuído para a construção de um senso mais sólido de identidade profissional, especialmente nos momentos de dúvida e insegurança, tão comuns nos anos finais da graduação

Esse relato evidencia como o espaço psicoterapêutico contribui não apenas para lidar com conflitos emocionais, mas também para sustentar escolhas éticas e vocacionais, promovendo maior coerência entre o projeto de vida do estudante e o exercício futuro da profissão.

Por fim, P1 ressalta que, mesmo com uma rede de apoio afetiva sólida, a presença de um profissional qualificado poderia garantir um suporte mais especializado e transformador durante a graduação.

O depoimento evidencia que redes de apoio informais, apesar de importantes, não substituem a função específica da psicoterapia, que possibilita a construção de sentidos, o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e a elaboração de vivências emocionais complexas vinculadas ao processo formativo.

Assim, os relatos reforçam a defesa de que a psicoterapia não deve ser entendida como recurso opcional, restrito àqueles que já apresentam sofrimento intenso, mas como um dispositivo formativo fundamental, capaz de fortalecer a saúde mental, promover autoconhecimento e qualificar a prática profissional futura. A partir dessa análise, torna-se evidente a necessidade de a formação em Psicologia incorporar políticas institucionais

que garantam o acesso a acompanhamento psicológico como parte da própria estrutura curricular não apenas como recomendação, mas como reconhecimento de que cuidar de si é pré-requisito ético para cuidar do outro.

#### **5.2.4 Categoria 4: Possíveis estratégias de apoio institucional**

A discussão sobre saúde mental no ensino superior tem ganhado grande relevância nas últimas décadas, especialmente diante do aumento de evidências que apontam níveis expressivos de sofrimento psíquico entre estudantes universitários, sobretudo naqueles cursos que exigem intensa exposição emocional, alto nível de responsabilidade e contato constante com situações de vulnerabilidade humana, como Psicologia, Enfermagem, Medicina e Serviço Social. A literatura indica que a trajetória acadêmica é composta por múltiplos fatores estressores, entre eles a carga elevada de estudos, o sentimento de competitividade, a pressão por desempenho, as demandas emocionais da formação, dificuldades financeiras, deslocamento geográfico e distanciamento da família, que podem predispor ao adoecimento mental e comprometer tanto o bem-estar quanto a permanência estudantil (BARDAGI & HUTZ, 2012; REEVY & FRYDENBERG, 2011; MEC, 2018). Diante desse cenário, torna-se imperativo que as instituições de ensino assumam um papel ativo e contínuo na construção de políticas permanentes de cuidado, e não apenas em iniciativas pontuais e desarticuladas.

Os estudantes que participaram da pesquisa reforçaram a importância de programas estruturados de suporte psicológico oferecidos diretamente pela universidade. Entre as estratégias apontadas, destacam-se a oferta de grupos de acolhimento, atendimentos individuais gratuitos ou subsidiados, supervisão emocional durante as práticas e estágios, oficinas de manejo do estresse e ações permanentes de psicoeducação. Essas sugestões não surgem isoladamente; ao contrário, dialogam com documentos institucionais de referência, como as Diretrizes para a Promoção da Saúde Mental nas Instituições de Ensino Superior (MEC, 2018), que estabelecem a importância de práticas contínuas de prevenção, escuta qualificada, intervenção precoce e suporte psicossocial. Segundo essas diretrizes, o cuidado estudantil deve ser compreendido como eixo estratégico indispensável para assegurar condições de aprendizagem, desenvolvimento humano e permanência acadêmica. Além disso, o Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2022) reforça que ações de promoção da saúde mental precisam ser articuladas com o

projeto pedagógico da instituição, contar com equipes qualificadas e permanentes e reconhecer as vulnerabilidades específicas dos estudantes.

Os participantes evidenciaram que, embora algumas universidades possuam setores ou núcleos destinados ao apoio psicológico, esses serviços frequentemente enfrentam dificuldades estruturais, como alta rotatividade de profissionais, ausência de financiamento contínuo, instabilidade organizacional e fragilidade na articulação entre políticas institucionais e as necessidades reais dos estudantes. Como relatou P1: “No momento em que senti, procurei ajuda profissional. Mas precisei para colegas de sala e não consegui na faculdade.” P3 complementa: “Sim... O núcleo de apoio ao estudante sempre estava em constante mudança dos profissionais.” Esses depoimentos revelam uma realidade ainda recorrente: a existência formal de serviços não garante seu funcionamento efetivo, principalmente quando não há continuidade, estabilidade de equipe, vínculos institucionais sólidos e recursos adequados para atender a demanda crescente. Quando as ações não são sistematizadas e permanentes, elas deixam de produzir impacto significativo, fragilizam o vínculo com os estudantes e reduzem a confiabilidade do serviço.

Essa descontinuidade não compromete apenas a eficácia do apoio psicológico, mas também impacta negativamente a construção de vínculos terapêuticos — aspecto fundamental para qualquer processo de cuidado em saúde mental. Autores como Rogers (1977) e Safra (2014) destacam que relações de confiança, acolhimento e presença emocional estável são pilares essenciais para que o sujeito possa expressar sua dor, reconhecer suas fragilidades e desenvolver novas formas de enfrentamento. Quando a instituição não garante esse tipo de continuidade, reforça-se a percepção de que o cuidado à saúde mental no contexto universitário ainda é tratado como um complemento, e não como um componente central da formação humana e profissional.

A literatura também indica que estratégias institucionais bem estruturadas contribuem significativamente para reduzir o sofrimento psíquico e melhorar a qualidade de vida acadêmica. Estudos brasileiros, como o de Dimenstein et al. (2020), mostram que serviços de atenção psicossocial voltados para universitários funcionam como importantes instrumentos de acolhimento, prevenção e identificação precoce de sinais de adoecimento. Segundo esses autores, a existência de uma equipe estável e qualificada é condição essencial para garantir a efetividade das ações, pois permite que elas se consolidem como políticas permanentes e não como iniciativas temporárias. A estabilidade das equipes favorece a criação de vínculos, a compreensão contextualizada

do sofrimento estudantil e a realização de intervenções contínuas, ajustadas às necessidades daquele território.

Esse aspecto torna-se ainda mais relevante quando se considera o contexto de regiões interioranas, como o Seridó potiguar, onde o acesso a serviços especializados de saúde mental é limitado. Nessas localidades, clínicas particulares são escassas e os serviços públicos, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), muitas vezes não possuem estrutura suficiente para atender toda a demanda. Assim, para inúmeros estudantes, a universidade é o único espaço acessível de cuidado psicológico, o que amplia o papel institucional e evidencia sua responsabilidade social. Nesse sentido, autores como Sawaia (2009) e Costa-Rosa (2013) defendem que políticas de saúde mental devem considerar não apenas fatores individuais, mas também as condições socioterritoriais e as desigualdades estruturais que atravessam os sujeitos. Para esses autores, o sofrimento é também um fenômeno ético-político, resultado de tensões sociais mais amplas, e seu enfrentamento exige intervenções contextualizadas e coletivas.

No caso específico do curso de Psicologia, a importância dessas estratégias torna-se ainda mais evidente. A formação do psicólogo envolve contato constante com conteúdos emocionais densos, vivências pessoais mobilizadoras e práticas de escuta que podem despertar angústias, inseguranças e conflitos internos. Nesse sentido, tanto a literatura clássica (Rogers, 1977) quanto autores contemporâneos (Safra, 2014; Dimenstein et al., 2020) apontam que a formação do psicólogo deve incluir espaços sistemáticos de elaboração emocional, supervisão contínua, psicoterapia e políticas institucionais que promovam o cuidado subjetivo dos estudantes. Ignorar essas necessidades significa comprometer não apenas a saúde mental dos futuros profissionais, mas também a qualidade ética e humana da prática psicológica.

Diante de todas essas evidências, fica claro que as instituições de ensino superior precisam implementar políticas permanentes de apoio psicológico, garantindo equipe fixa, financiamento estável, integração com o projeto pedagógico e articulação com a rede pública de saúde. A promoção da saúde mental deve ser vista como um direito estudantil e como parte essencial da missão educacional das universidades, especialmente considerando que o sofrimento psíquico está diretamente relacionado à evasão, ao baixo rendimento e ao comprometimento da formação profissional. Apenas com ações estruturadas, contínuas e coerentes com a realidade dos estudantes será possível construir ambientes acadêmicos mais saudáveis, reduzir indicadores de adoecimento e favorecer trajetórias formativas mais humanas, éticas e sensíveis.

## 6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos na pesquisa indicam de maneira clara que os estudantes de Psicologia reconhecem a psicoterapia como um recurso fundamental para o desenvolvimento pessoal, ético e profissional, sobretudo nos semestres finais da graduação, período em que se intensificam as demandas emocionais, a complexidade dos atendimentos clínicos e as exigências éticas da prática psicológica. Trata-se de uma etapa formativa marcada pela aproximação progressiva com o sofrimento humano, o que expõe o estudante a experiências que mobilizam questões subjetivas profundas, exigindo maior capacidade de autorreflexão, manejo emocional e cuidado consigo. Nesse sentido, o reconhecimento da psicoterapia como uma demanda formativa não se configura como um luxo ou um complemento opcional, mas como um elemento essencial de sustentação subjetiva, conforme já apontado por autores clássicos e contemporâneos da área, como Rogers (1977), que enfatiza a necessidade de congruência, autenticidade e autoconhecimento na atuação clínica. As barreiras de acesso identificadas refletem desafios estruturais e culturais, comuns tanto em contextos regionais, como o Seridó, quanto em universidades de outras regiões do Brasil (DINIZ et al., 2021; ANJOS et al., 2017).

A partir das falas dos estudantes, observa-se ainda que as barreiras de acesso à psicoterapia constituem um dos desafios centrais na experiência universitária, especialmente em regiões interioranas, como o Seridó potiguar. Essas barreiras são tanto de ordem estrutural, tais como escassez de profissionais, baixa oferta de serviços especializados, ausência de políticas institucionais permanentes de cuidado, quanto de natureza cultural, atravessadas por estigmas, preconceitos e dificuldades históricas na compreensão social da saúde mental. Os achados corroboram estudos nacionais que discutem essas barreiras, como Diniz et al. (2021) e Anjos et al. (2017), cujas análises mostram que estudantes de Psicologia frequentemente enfrentam obstáculos semelhantes: falta de tempo, custos elevados de atendimentos, carência de serviços gratuitos e fragilidade das redes de apoio psicológico universitário.

A consideração desses aspectos permite compreender que o problema ultrapassa a experiência individual do estudante, refletindo desigualdades estruturais que perpassam tanto o ensino superior quanto o próprio campo da saúde mental no Brasil. No interior, onde muitas vezes não há clínicas-escola suficientemente estruturadas, serviços

especializados ou políticas públicas capilarizadas, essas dificuldades se intensificam. O contexto do Seridó potiguar apresenta características específicas como menor densidade populacional de profissionais da Psicologia, longas distâncias geográficas, estigmas culturais associados ao cuidado psicológico e limitações socioeconômicas que tornam o acesso à psicoterapia ainda mais restrito. Esses elementos dialogam com a análise de Dimenstein et al. (2020), que destaca a vulnerabilidade dos territórios interioranos na oferta de serviços de saúde mental, evidenciando disparidades regionais históricas.

A dificuldade de continuidade do acompanhamento psicoterapêutico, mesmo entre estudantes que reconhecem sua relevância, revela tensões profundas entre necessidade subjetiva e condições objetivas de cuidado. O reconhecimento da importância da psicoterapia não tem sido suficiente para garantir sua realização sistemática, o que demonstra a insuficiência de políticas institucionais capazes de assegurar esse direito. Tal cenário evidencia, como discutido por Andrade et al. (2016), que o sofrimento psíquico no contexto universitário não é um fenômeno pontual ou individual, mas estrutural. A formação em Psicologia, ao demandar contato com realidades de sofrimento, exige condições subjetivas de suporte que muitas vezes não são garantidas. Nas regiões interioranas, essa realidade adquire contornos ainda mais intensos, uma vez que a escassez de serviços e a fragilidade das redes locais ampliam a sensação de desamparo.

Os impactos emocionais associados à falta de psicoterapia como ansiedade, estresse, exaustão emocional, dificuldade de estabelecer limites, insegurança profissional e prejuízos no desempenho acadêmico reiteram diagnósticos já amplamente discutidos na literatura sobre o adoecimento mental na universidade (Chaves & Wagner, 2016; Son et al., 2020). Esses estudos revelam que ambientes acadêmicos altamente competitivos, somados às demandas pessoais e profissionais, produzem um cenário propício ao desenvolvimento de quadros de sofrimento psíquico. No interior, onde muitas vezes os estudantes acumulam responsabilidades familiares, econômicas e comunitárias, essa carga tende a ser ainda maior.

Dessa forma, torna-se evidente que o cuidado em saúde mental não pode ser compreendido como responsabilidade exclusivamente individual. A ideia de que cada estudante deveria buscar, por conta própria, espaços de psicoterapia ignora a dimensão institucional, socioeconômica e cultural que condiciona tais possibilidades. Instituições de ensino superior, especialmente cursos da área da saúde, têm responsabilidade ética e pedagógica de promover ambientes que favoreçam o bem-estar, garantindo recursos que

permitam aos futuros psicólogos desenvolver competências emocionais e relacionais necessárias ao exercício profissional. Além disso, diretrizes como as do MEC (2018) e as resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2022) reforçam que a formação integral do psicólogo exige equilíbrio entre teoria, prática e cuidado subjetivo, sendo o autocuidado uma dimensão indispensável da prática profissional.

Nesse contexto, a consciência dos estudantes sobre a importância da psicoterapia contrasta com a realidade precária de acesso, revelando um descompasso significativo entre os ideais formativos e as condições concretas de formação. Se, por um lado, a Psicologia defende a importância da saúde mental e do autocuidado, por outro lado, muitos dos próprios estudantes permanecem privados dessas práticas básicas. Tal contradição produz efeitos profundos na constituição subjetiva e profissional, podendo gerar sentimentos de incoerência, desgaste emocional e fragilidade ética.

As estratégias sugeridas pelos participantes apontam caminhos importantes para enfrentar esse cenário. Entre elas destacam-se: a criação de núcleos de apoio psicológico estudantil; implementação de psicoterapia gratuita ou subsidiada; oferta de grupos de acolhimento e rodas de cuidado; supervisão emocional para estágios; e oficinas de manejo do estresse e regulação emocional. Essas propostas se alinham ao que a literatura especializada e os documentos institucionais têm defendido: a necessidade de políticas permanentes de cuidado em saúde mental no ensino superior. Dimenstein et al. (2020) e o CFP (2022) reforçam que universidades devem assumir papel ativo na promoção da saúde mental, reconhecendo a interdependência entre condições institucionais, bem-estar estudantil e qualidade formativa.

Ao integrar as quatro categorias analisadas, barreiras de acesso, impactos emocionais, consciência formativa e sugestões institucionais, emerge um retrato complexo da formação psicológica em territórios interioranos. A saúde mental dos estudantes é atravessada por múltiplos fatores: individuais (como autoconhecimento, manejo emocional), culturais (como estigmas sobre psicoterapia), territoriais (como desigualdade de oferta de serviços) e institucionais (como ausência de políticas contínuas de cuidado). Compreender essa articulação é essencial para superar visões reducionistas que atribuem o sofrimento apenas ao indivíduo.

Assim, o conjunto dos achados demonstra que fortalecer a rede de cuidado articulando políticas institucionais, apoio comunitário, formação crítica e acesso efetivo à psicoterapia é condição imprescindível para promover uma formação ética, crítica e emocionalmente sustentável. Em regiões como o Seridó, tais medidas são ainda mais

urgentes, pois representam não apenas um investimento na saúde mental dos estudantes, mas também na formação de futuros profissionais que atuarão, eles próprios, na ampliação do acesso ao cuidado psicológico e na redução das desigualdades em saúde mental no Brasil.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo concluiu que a psicoterapia constitui um elemento essencial na formação acadêmica e emocional dos estudantes de Psicologia, exercendo influência direta sobre o desenvolvimento pessoal, ético e profissional. A partir da análise dos dados, verificou-se que os discentes reconhecem amplamente a relevância do acompanhamento psicoterapêutico, compreendendo-o não apenas como um recurso terapêutico, mas também como um instrumento formativo fundamental para a construção da identidade profissional e da postura ética diante do sofrimento psíquico.

Quanto ao mapeamento das barreiras de acesso, concluiu-se que os principais obstáculos enfrentados pelos discentes são de natureza socioeconômica, institucional e cultural, incluindo limitações financeiras, escassez de profissionais disponíveis na região do Seridó, insuficiência de serviços públicos de saúde mental, além da persistência de estigmas e preconceitos associados ao cuidado psicológico. Esses fatores contribuem para a descontinuidade do acompanhamento ou mesmo para a impossibilidade de iniciá-lo durante a graduação.

No que tange aos impactos emocionais e acadêmicos, o estudo evidenciou que a ausência de acompanhamento psicológico está relacionada ao aumento de sintomas como ansiedade, insegurança, sobrecarga emocional e sentimentos de inadequação, os quais repercutem negativamente no desempenho acadêmico, na motivação para os estudos e na relação com o futuro exercício profissional. Em contrapartida, os estudantes que mantêm acompanhamento psicoterapêutico relataram maior estabilidade emocional, melhor manejo do estresse e maior segurança quanto à própria formação.

Além disso, as narrativas coletadas revelam que o acesso limitado à psicoterapia não decorre apenas de escolhas individuais, mas está profundamente imbricado em condicionantes sociais, econômicos, culturais e institucionais. Em regiões como o Seridó potiguar, marcadas por desigualdades históricas, recursos escassos e limitada oferta de serviços psicológicos, a psicoterapia ainda é percebida como prática elitizada, distante do cotidiano e das possibilidades materiais da maioria dos estudantes. Tais barreiras configuram um cenário preocupante, na medida em que tensionam a formação, restringem o cuidado de si e dificultam a construção de uma identidade profissional sólida, ética e reflexiva.

Sob a perspectiva ética, os achados reiteram a importância de compreender o autocuidado como responsabilidade profissional, conforme sustentam as diretrizes do

Conselho Federal de Psicologia e diversos autores da clínica humanista, fenomenológica e psicanalítica. A ideia de que “ninguém cuida do outro sem cuidar de si” emerge com força, demonstrando que a vivência psicoterapêutica, ainda que mínima, contribui para o desenvolvimento de competências essenciais como empatia, escuta qualificada, manejo emocional e congruência — aspectos fundamentais para uma prática ética e comprometida com o bem-estar do outro.

Diante disso, recomenda-se que as instituições de ensino superior avancem na implementação de políticas de promoção da saúde mental estudantil, incluindo serviços permanentes de apoio psicológico, grupos de partilha e reflexão, programas de intervenção preventiva e mecanismos de subsídio financeiro para psicoterapia. Propõe-se ainda que a formação acadêmica reconheça a experiência psicoterapêutica não como um recurso complementar, mas como parte integrante da formação global do futuro psicólogo, articulada com a ética, a técnica e a maturidade subjetiva necessária ao exercício profissional.

Apesar das contribuições deste estudo, algumas limitações merecem ser destacadas. O tamanho reduzido da amostra, o recorte geográfico restrito ao interior do Rio Grande do Norte e o caráter transversal da pesquisa limitam o alcance generalizável dos achados. Isso indica a necessidade de que futuras investigações utilizem amostras mais amplas, explorem diferenças regionais e adotem metodologias longitudinais capazes de acompanhar, ao longo do tempo, os impactos da psicoterapia na formação e trajetória profissional dos psicólogos.

Ainda assim, os resultados aqui apresentados representam importante contribuição para o campo da formação em Psicologia. O estudo evidencia que a discussão sobre psicoterapia não se limita ao ambiente acadêmico, alcançando também profissionais já inseridos no mercado, muitos dos quais seguem enfrentando barreiras econômicas, culturais ou geográficas para acessar cuidados psicológicos. A regionalidade, marcada por tradições rígidas, estigmas e dificuldades de acesso, mostra-se determinante na forma como o cuidado é buscado, compreendido ou evitado.

Assim, este estudo apresenta relevância não apenas para estudantes de graduação, mas também para profissionais que, ao longo da trajetória formativa e laboral, enfrentam obstáculos no acesso à psicoterapia. Observa-se que fatores regionais, socioculturais e estruturais exercem influência significativa sobre as possibilidades de cuidado em saúde mental, especialmente em contextos nos quais há escassez de serviços especializados e persistência de estigmas associados ao sofrimento psíquico. Nesse sentido, a pesquisa

contribui para ampliar o debate acerca da psicoterapia como recurso fundamental, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para futuras investigações e intervenções institucionais.

A partir dos achados, recomenda-se que as instituições de ensino superior adotem medidas concretas voltadas à promoção da saúde mental discente, tais como a oferta de psicoterapia subsidiada ou gratuita, a implementação de grupos de apoio psicológico, a criação de plantões psicológicos semanais e a reavaliação da organização da carga horária dos estágios, de modo a possibilitar maior equilíbrio entre as exigências acadêmicas e o autocuidado emocional. Tais ações tendem a contribuir para a redução do sofrimento psíquico e para o fortalecimento da formação ética e profissional dos futuros psicólogos.

Quanto às limitações do estudo, destaca-se o tamanho reduzido da amostra, o que restringe a generalização dos resultados, bem como o uso de formulário online como instrumento de coleta, que pode limitar a profundidade das respostas e a expressão subjetiva dos participantes. Além disso, a pesquisa concentrou-se em uma realidade regional específica, o que impede extrapolações diretas para outros contextos socioculturais. Contudo, não invalidam os achados, mas indicam a necessidade de novos estudos com amostras ampliadas, abordagens metodológicas diversificadas e abrangência geográfica maior.

## 8. REFERÊNCIAS

- ALVES, E. dos S.; FRANCISCO, A. L. Ação psicológica em saúde mental: uma abordagem psicossocial. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 29, n. 4, p. 768–779, 2009.
- AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- ANDRADE, Antonio dos Santos et al. Vivências acadêmicas e sofrimento psíquico de estudantes de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 36, n. 4, p. 831-846, out./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703004142015>. Acesso em: 18 nov. 2024.
- ANDRADE, R. et al. Sofrimento psíquico em estudantes de Psicologia: um estudo em universidade pública paulista. **Revista de Saúde Mental**, 2016.
- ANJOS, L. et al. Estudo sobre psicoterapia em graduandos de Psicologia no Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Psicologia**, 2017.
- ANJOS, Liliam dos et al. A importância da psicoterapia pessoal para estudantes de Psicologia. *Anais da XI Mostra Científica do CESUCA*, v. 11, p. 166-175, 2017.
- BARRETO, A.; DIMENSTEIN, M. Saúde mental de estudantes universitários: precarização e sofrimento. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 1, p. 117-127, 2013.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARDAGI, M.; HUTZ, C. S. O estudante universitário no Brasil: características e desafios. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, n. 3, p. 476-484, 2012.
- BEZERRA JR., Benilton. **Loucura e civilização no Brasil contemporâneo: textos reunidos**. São Paulo: Autêntica, 2019.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BRASIL. Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 29 ago. 1962.
- BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS – Sistema de Informações em Saúde. Indicadores de atendimentos em saúde mental na Atenção Primária (2018–2023). Brasília, 2023. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/>. Acesso em: 15 nov. 2025.
- BUCHALLA, Cássia Maria; CARDOSO, Maria Regina Alves. Introdução à epidemiologia. **Epidemiologia dos agravos à saúde da mulher**. São Paulo: Atheneu, 2005. Acesso em: 18 nov. 2024.
- CHAVES, Cleuza Elizabete de; WAGNER, Marcia Fortes. Sintomas depressivos e de ansiedade em acadêmicos de Psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 4, p. 831-846, 2016.
- CHAVES, F.; WAGNER, P. Sintomas de ansiedade e depressão em estudantes de Psicologia do Rio Grande do Sul. **Psicologia em Revista**, 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicoterapia e formação profissional**. Brasília: CFP, 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; CONSELHOS REGIONAIS DE PSICOLOGIA. **Reflexões e orientações sobre a prática da psicoterapia**. Brasília: CFP, 2022.

DIMENSTEIN, Magda. Desafios da interiorização da Psicologia: práticas e sentidos no Nordeste brasileiro. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 21–29, 2000.

DIMENSTEIN, Magda. Políticas de saúde mental e modos de subjetivação: desafios e tensões. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, n. 12, p. 2403–2412, 2011.

DIMENSTEIN, Magda. Interiorização das políticas públicas de saúde mental no Brasil: desafios e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 12, p. 4625–4634, 2011.

DINIZ, J. et al. ANÁLISE DE PACIENTES ANSIOSOS E DEPRESSIVOS ADSCRITOS A UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NO SERIDÓ POTIGUAR. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, n. 01, p. 1-20, 2021. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/44418/1/AnalisePacientesAnsiosos\\_Diniz\\_2021.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/44418/1/AnalisePacientesAnsiosos_Diniz_2021.pdf). Acesso em: 05 dez. 2024.

FIGUEIREDO, Luís Cláudio. **Psicologia, ética e subjetividade**. São Paulo: Escuta, 2009.

FOUCAULT, Michel. **O cuidado de si. História da sexualidade**, v. 3. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FOULKES, S. H. **Introduction to Group-Analytic Psychotherapy**. London: William Heinemann, 1948.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional de Saúde 2019–2021: depressão e outros diagnósticos em saúde mental. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

JACÓ-VIELA, F. História e regulamentação da Psicologia no Brasil. **Psicologia e Sociedade**, 2024.

JACÓ-VILELA, A. M. A Psicologia no Brasil: Formação e Institucionalização. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 44, n. spe1, p. e287307, 2024.

LOPES, Elaine Cristina; BASTOS, André Luiz; ALMEIDA, Júlia Fernanda. Saúde mental em universitários da área da saúde: fatores de risco e proteção. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 14, n. 2, p. 45–58, 2022.

LOPES, Guilherme Azevedo; BASTOS, Sama Costa Guedes; ALMEIDA, Helen Rimet Alves de. O adoecimento psíquico e a importância da prática de psicoterapia durante o período de graduação. **Ciências da Saúde**, v. 26, n. 115, p. 1-15, out. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7249107>. Acesso em: 18 nov. 2024.

LOPES, Jéssica C.; BASTOS, Lívia S.; ALMEIDA, Renata P. Sofrimento psíquico e vulnerabilidade emocional em estudantes de Psicologia: um estudo multicêntrico. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 1–15, 2022.

MEC – Ministério da Educação. Diretrizes para a Promoção da Saúde Mental nas Instituições de Ensino. Brasília: MEC, 2018.

MACEDO, João Paulo et al. A "popularização" do perfil dos estudantes de Psicologia no Brasil. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 81-95, 2018. Disponível em:

[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672018000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000200007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 19 nov. 2024.

MASSIMI, Marina. **História da Psicologia no Brasil**. São Paulo: EPU, 1990.

MELO, Kaio Novaes Fonseca; BROMOCHENKEL, Cattiúscia Batista. Saúde mental e desempenho acadêmico: um estudo com estudantes de Psicologia. **PsicoFAE: Pluralidades em Saúde Mental**, v. 10, n. 1, p. 73-82, 2021. DOI: 10.17648/2447-1798-revistapsicofae-v10n1-6. Disponível em: <https://revistapsicofae.edu.br>. Acesso em: 20 nov. 2024.

MELO, P.; BROMOCHENKELL, A. Sofrimento psíquico em estudantes do interior da Bahia. **Revista Baiana de Psicologia**, 2021.

PERLS, Frederick S. **Gestalt-terapia explicada**. São Paulo: Summus, 1988.

REEVY, G.; FRYDENBERG, E. **Stress, Identity, and Education in the Contemporary University**. New York: Springer, 2011.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SAFRA, Gilberto. **A po-ética na clínica contemporânea**. São Paulo: Escuta, 2004.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SON, C. et al. Effects of COVID-19 on college students' mental health in the United States: Interview survey study. **Journal of Medical Internet Research**, v. 22, n. 9, p. 1–14, 3 set. 2020.

SON, C. et al. Impactos da pandemia de COVID-19 na saúde mental de estudantes universitários. **Journal of American College Health**, 2020.

VANZIN, M. et al. Fatores de estresse na vida acadêmica. **Revista de Psicologia Educacional**, 2019.

## **9. APÊNDICES**

### **A - TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Pesquisador Responsável:** Érika Rayane Souza Medeiros

**Endereço Institucional:** Faculdade Caicoense Santa Teresinha

#### **Curso de Graduação em Psicologia**

O Sr. (a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa denominada “Impactos da Psicoterapia na Formação Acadêmica e Saúde Mental de Graduandos em Psicologia” cujos objetivos analisar os efeitos da ausência de psicoterapia durante a formação acadêmica de graduandos em psicologia, considerando que esta é uma graduação que demanda cuidado tanto com o outro quanto consigo mesmo. A reflexão central parte da questão: "Como é possível cuidar do outro sem antes cuidar de si mesmo?". O tema aborda aspectos relacionados ao bem-estar e à ética profissional, enfatizando que, apesar do conhecimento técnico adquirido, os psicólogos também são seres humanos, sujeitos a emoções, desafios e julgamentos sociais.

A justificativa para este estudo. Este projeto busca, portanto, ressaltar a importância da psicoterapia na formação do psicólogo, não apenas como suporte emocional, mas como elemento essencial para sua evolução pessoal e profissional.

A sua participação no referido estudo será no sentido de responder um questionário de 08 questões on-line disponível na Google Forms, no qual demorará não mais de 20 minutos. Nós pesquisadores nos responsabilizamos pela proteção dos dados, de forma que não ocorra o vazamento dos mesmos.

A sua participação na pesquisa, contribuirá para um levantamento de dados. O presente estudo tem como objeto de pesquisa os estudantes de psicologia da cidade de Caicó, no estado do Rio Grande do Norte. Esse grupo foi selecionado por sua relevância no contexto acadêmico e social, considerando as demandas emocionais e formativas intrínsecas ao curso de psicologia. Os estudantes desse campo enfrentam desafios que vão além da carga acadêmica, envolvendo o contato precoce com temas relacionados à subjetividade humana, dores emocionais e demandas éticas, o que frequentemente impacta sua saúde mental e desempenho acadêmico.

Sobre os possíveis desconfortos a você, o pesquisador prevê o mínimo risco do tipo cansaço ou enfado por ter que responder um questionário on-line, que levará aproximadamente 20 minutos. Para minimizar qualquer desconforto e manter sua privacidade, o questionário apresentará caráter anônimo e deverá ser respondido individualmente. Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento.

A sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado, ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo, será mantido em sigilo.

Você poderá recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Por desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como após é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que queira saber antes, durante e depois da participação.

O(a) Sr.(a) está sendo orientada(o) quanto ao teor de tudo aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do referido estudo, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, pela participação.

Após as informações aqui contidas, **ao assinalar a opção “aceito participar”, a seguir, você se tornará participante da pesquisa**, declarando que compreendeu seus objetivos, a forma como ela será realizada e os benefícios envolvidos, conforme descrição aqui efetuada.

Érika Rayane Souza Medeiros

(Pesquisador responsável pela pesquisa)

## **B- ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA**

### **Questionário – Impactos da Psicoterapia na Formação Acadêmica e Saúde Mental de Graduandos em Psicologia**

#### **Apresentação**

Este questionário tem como objetivo compreender os impactos da presença ou ausência da psicoterapia na formação acadêmica, na saúde mental e no preparo profissional de estudantes de Psicologia de Caicó/RN. Sua participação é voluntária e as respostas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, preservando seu anonimato.

#### **Instruções**

- Responda às questões abertas de forma sincera e reflexiva, a partir de sua experiência pessoal.
- Não há respostas certas ou erradas. O que importa é a sua percepção.

#### **Identificação**

- Idade: \_\_\_\_\_
- Sexo: \_\_\_\_\_
- Período atual do curso de Psicologia: \_\_\_\_\_
- Já realizou psicoterapia? ( ) Sim ( ) Não
- Se sim, há quanto tempo aproximadamente? \_\_\_\_\_

#### **Eixo 1 – Saúde mental e experiências emocionais**

1. Como você descreveria seu estado emocional ao longo da graduação em Psicologia?
2. Em sua opinião, a psicoterapia (ou a falta dela) influenciou esse estado emocional? De que forma?
3. Houve momentos em que você sentiu necessidade de acompanhamento psicológico, mas não conseguiu ter acesso? Quais foram as principais barreiras?

#### **Eixo 2 – Formação acadêmica**

4. De que forma a psicoterapia ajudou (ou poderia ter ajudado) a lidar com conteúdos sensíveis e emocionais do curso?
5. Você percebe que a psicoterapia trouxe (ou poderia trazer) reflexões sobre sua escolha profissional?

#### **Eixo 3 – Preparo profissional e identidade**

7. Você acredita que vivenciar a psicoterapia pessoal ajuda a compreender melhor o papel do psicólogo diante do sofrimento humano? Explique.
8. Em sua percepção, a ausência de psicoterapia pode comprometer a prática profissional de futuros psicólogos? De que maneira?

## 10. ANEXOS



**FACULDADE CAICOENSE SANTA TERESINHA**  
**CURSOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**LATO SENSU**

Autorizada pela Portaria nº 3.892 - MEC - DOU 26.11.2004  
 CNPJ Nº 05.845.288/0001-19

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**


No dia 09 de dezembro de 2025, às 20h30min. sob a presidência do/a Prof. Esp. Ismael Victor Araújo de Oliveira, reuniu-se a banca examinadora de defesa do trabalho de conclusão de curso em Psicologia (graduação), de autoria de **Érika Rayane Souza Medeiros**, intitulado **A NECESSIDADE DA PSICOTERAPIA PARA GRADUANDOS EM PSICOLOGIA EM CAICÓ-RN: IMPACTOS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E SAÚDE MENTAL**. Compuseram a banca examinadora os/as professores/as: Prof. Esp. Ismael Victor Araújo de Oliveira, presidente da banca e orientador/a, Profa. Dra. Priscilla Brandão de Medeiros, Profa. Esp. Rita de Cássia Dantas de Oliveira como examinadores/as. Após declarada aberta a sessão, o Sr. Presidente passou a palavra ao/a concludente para a exposição do trabalho e, a seguir, aos/as examinadores/as para as devidas análises, arguições e sugestões. Em seguida, procedeu-se o julgamento do trabalho pelos membros da banca que, em reunião reservada decidiram Aprovado, com nota 9,0, o trabalho. E, para constar, eu, Ismael Victor Araújo de Oliveira, presidente da banca examinadora, lavrei a presente ata que, aprovada por todos/as os presentes, segue assinada por mim e demais membros da banca examinadora.

Caicó/RN, 09 de dezembro de 2025.



Prof. Esp. Ismael Victor Araújo de Oliveira

(Orientador/a)

Documento assinado digitalmente  
 **PRISCILLA BRANDÃO DE MEDEIROS**  
 Data: 11/01/2026 11:58:39-0300  
 Verifique em <https://validar.br.gov.br>

Profa. Dra. Priscilla Brandão de Medeiros

(Membro Avaliador)




Profa. Esp. Rita de Cássia Dantas de Oliveira

(Membro Avaliador)

**B- TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DEPÓSITO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Eu, Prof. Esp. Ismael Victor Araújo de Oliveira, orientador/a do trabalho de conclusão de curso intitulado: intitulado "A IMPORTÂNCIA DA PSICOTERAPIA PARA GRADUANDOS EM PSICOLOGIA EM CAICÓ-RN: IMPACTOS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA E SAÚDE MENTAL", realizado pela/o aluna/o Érika Rayane Souza Medeiros, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, apresentado junto ao curso de Graduação em Psicologia da Faculdade Caicoense Santa Teresinha, autorizo o depósito da versão final no modelo de monografia, nos repositórios institucionais. Caicó/RN, 09 de dezembro de 2025.

Documento assinado digitalmente  
 ISMAEL VICTOR ARAUJO DE OLIVEIRA  
Data: 14/01/2026 11:07:51-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof. Esp. Ismael Victor de Araújo Oliveira

